

Toyota Caetano Portugal, S.A.

***Relatório & Contas***  
***Dezembro 2011***

## Corpos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente  
Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente  
António Manuel de Oliveira Saramago – 1º Secretário  
Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário

### Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos –Presidente  
Hiroyuki Ochiai – Vogal  
Daniele Schillaci – Vogal  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal  
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal  
Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal  
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogal  
Shigeki Enami – Suplente

### Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente  
Maria Livia Fernandes Alves – Vogal  
Takehiko Kuriyama – Vogal

### Revisor Oficial de Contas

José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso em  
representação da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de  
Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
António Joaquim Brochado Correia - Suplente

## RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

No atual contexto económico e social, a sustentabilidade empresarial determina o futuro das organizações, a sua capacidade de vencer desafios e de perdurar após os momentos de maior adversidade, como o que vivemos. Cuidar pela solidez nos negócios, gerir com eficiência e atuar por resultados está na génese de uma gestão de longo prazo e não numa atitude reativa, condicionada por ímpetos momentâneos.

Tem sido esta a postura da Toyota Caetano Portugal, desde a sua fundação, ainda com a designação Salvador Caetano. Uma visão global da organização, orientada para Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros de Negócio, que nos permite ansiar o futuro com otimismo e reforçar uma promessa de marca com mais de 40 anos: “A Toyota veio para ficar”.

A diferentes níveis e em diversas frentes, 2011 não foi um ano de crescimento em vendas nem rentabilidade, quer na área industrial, quer comercial, sobretudo, em virtude de fatores externos, como a conjuntura internacional e a situação nacional.

Na atividade industrial, à retração económica mundial e à crise na zona euro, juntou-se o Tsunami no Japão, com impacto direto no fornecimento de componentes à Fábrica de Ovar, originando paragens de produção prolongadas e, conseqüentemente, a assinatura de um novo contrato de banco de horas com vigência até 2014.

Devido à gestão flexível em termos consolidados e à nossa capacidade de resposta célere, respondemos às condicionantes conjunturais e estratégicas com a transferência da atividade Optimo para outra empresa do Grupo Salvador Caetano e conseqüente racionalização da equipa adstrita à unidade industrial Toyota.

No ano em que comemorámos 40 anos de produção Toyota em Portugal, e o início da atividade industrial do construtor japonês no Velho Continente, com a presença do Governo, de Clientes e várias personalidades nacionais, registámos o melhor resultado de sempre em Qualidade, reforçamos o reconhecimento da Fábrica de Ovar no Global Eco Award, distinguindo a nossa prestação em eficiência ambiental, e fomos palco de um evento europeu da Toyota, a II Convenção de Ergonomia, onde uma vez mais demonstramos a nossa capacidade de realização de eventos com grande exigência.

Por sua vez, a retração no consumo dos portugueses e as alterações ao ISV e o fim do incentivo aos veículos em fim de vida não só afetaram a atividade industrial, como também, e em maior escala, a venda de automóveis em todos os segmentos de atividade, com reflexos no volume de vendas e quota de mercado, assim como nos resultados operacionais das marcas Toyota e Lexus.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Seguindo a tendência em baixa do mercado automóvel, o desempenho de ambas as marcas foi ainda afetado pelo fim do ciclo de vida de alguns modelos de volume e pela falta de resposta nalguns segmentos de comerciais, desmobilizando a aposta em fortes campanhas promocionais, capazes de ombrear com a agressividade concorrencial neste setor.

Em contrapartida, 2011 saldou-se por um ano referência em várias frentes: ao bem-sucedido lançamento, no último trimestre do ano, da Nova Geração Yaris e à já habitual boa performance no Avensis, é de registar a manutenção da liderança no segmento Chassis-Cabina da Toyota Dyna produzida em Ovar, a recuperação do 1º lugar no segmento Pick-up e o incremento de quota no segmento dos furgões, graças ao desempenho da Hiace.

A juntar, destaca-se o aumento de quota nos híbridos com as vendas Toyota e Lexus, demarcando a liderança clara nesta tecnologia de capital importância estratégica. E, no campo específico da Lexus, registe-se o aumento de quota no mercado Premium.

No Após-venda, o 1º lugar na Completa Satisfação dos Clientes na Toyota enche-nos de orgulho, assim como o incremento da taxa de retenção e o cumprimento do objetivo global de vendas de peças e acessórios, tratando-se de um importante complemento no negócio automóvel em termos de rentabilidade.

Noutra frente, sublinho a consistência em bons resultados da unidade Empilhadores Toyota, continuando esta a assumir-se uma referência no setor.

No contexto atual e na missão assumida de sustentabilidade empresarial, a preocupação principal tem de ser a melhor resposta ao Cliente e a garantia dos níveis de rentabilidade das nossas organizações, pelo que reforçaremos uma estratégia de atuação integrada, para uma visão global do negócio.

2012 continuará a ser um ano de desafios e de consolidação da estrutura, com adaptação desta às necessidades operacionais e como resposta adequada aos desafios, ainda mais rigorosos, que nos esperam. Nesse sentido, ao mesmo tempo que potenciaremos a venda de produtos Made in Portugal e oriundos de outras fábricas europeias, solidificaremos a Toyota e a Lexus no mercado dos híbridos, tendo em conta a quantidade de lançamentos previstos. Em consequência, estaremos a reforçar a imagem de inovação de ambas as Marcas, com soluções económicas, seguras e fiáveis, respondendo a um consumidor que procura ofertas de valor acrescentado.

Acredito que, graças a esta estratégia consistente e sustentada, perfizemos o “hat-trick” no “Trofeu de Marca de Confiança” das Seleções Reader Digest 2012, com larga diferença perante a segunda marca automóvel classificada.

José Reis da Silva Ramos  
Presidente

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respectivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras.

## **TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.**

### **ACTIVIDADE INDUSTRIAL**

#### **UNIDADE FABRIL DE OVAR**

O exercício de 2011 ficou marcado pelo violento terramoto e tsunami ocorrido a 11 de Março no Japão e ainda pelos efeitos da crise económica mundial.

O acontecimento relativo ao tsunami resultou numa quebra de fornecimento de material/peças para todas as Fábricas da Toyota. Os impactos para a Fábrica de Ovar originaram a necessidade de paragem de produção durante os meses de Maio e Junho. Desta situação resultou a antecipação da manutenção anual, bem como a assinatura de um novo contrato de banco de horas entre a Empresa e todos os colaboradores com vigência até 2014.

A crise nacional e internacional também influenciou mais uma vez negativamente a atividade da Fábrica.

Por esta razão a Fábrica teve uma paragem de 65 dias em 2011.

Para fazer face à situação atual e à combinação de vários fatores (conjunturais e estratégicos) foi decidida a transferência da atividade Optimo (Março) para outra empresa do Grupo, centrando aí toda a atividade de autocarros.

Esta movimentação foi acompanhada pela correspondente redução de pessoal.

Como consequência em 2011, verificou-se uma produção de 2.025 unidades Toyota, o que correspondeu a um decréscimo de 21% face a igual período de 2010. A produção do modelo Dyna registou um decréscimo de 17% comparativamente a 2010, tendo o mercado de exportação absorvido 51%. A atividade de Transformações e PDI preparou 4.274 viaturas, o que corresponde a uma redução de 32% face a igual período do ano anterior.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Produção	2011	2010	2009	2008	2007
Unidades Físicas Toyota	2.025	2.553	1.967	5.947	4.924
Unidades Físicas Mini Autocarros	12	91	86	154	160
Unidades Físicas Transformadas	4.274	6.316	5.677	10.046	11.682
Total Colaboradores	214	297	340	360	343

O ano de 2011 foi ainda marcado por vários acontecimentos:

Visita do Presidente e CEO da Toyota Motor Europe no dia 11 de Maio.

II Convenção Europeia de Ergonomia no mês de Setembro. Onde estiverem presentes elementos da TME, TMMT, TMMF, TMMR, TPCA, TMIP, TMMP e TMUK na Fábrica de Ovar.

Comemoração dos 40 anos de atividade no mês de Outubro, com a presença do Primeiro-ministro, do Ministro da Economia e do Emprego, do Vice-presidente executivo da Toyota Motor Corporation e do Vice-presidente de Marketing e Vendas da Toyota Motor Europe. A cerimónia de aniversário foi integrada num dia de valorização da oferta da produção nacional, contando com a participação da AEP no âmbito do programa "Portugal. A minha primeira escolha.", tendo ficado marcada pela saída de linha de produção da unidade Dyna nº 100.000. Foi um dia em que contamos também com a presença dos nossos clientes e parceiros de negócios.

Auditoria realizada pela Toyota Motor Corporation ao nosso Produto Toyota Dyna em Novembro, registou 0,11 defeitos por unidade, o melhor resultado de sempre.

De referir ainda que uma vez mais a Fábrica de Ovar viu reconhecida a sua eficiência ambiental no 5º Toyota Global Eco Award ao alcançar a 3ª distinção consecutiva.

## ACTIVIDADE COMERCIAL

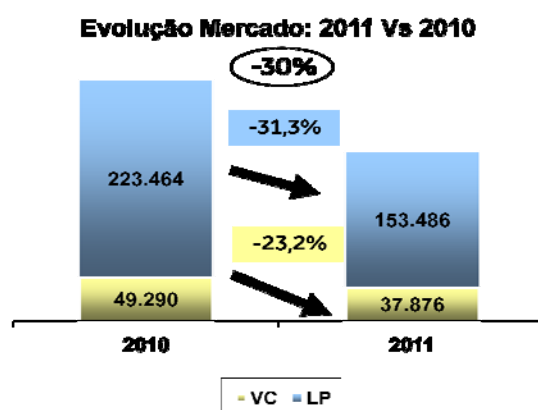
### VIATURAS

#### MERCADO TOTAL

O ano de 2011 apresentou uma quebra face ao verificado em 2010, com um decréscimo de 30%, totalizando 191.362 unidades comercializadas.

Os ligeiros de passageiros apresentam uma redução superior às viaturas comerciais, com uma variação negativa de 31% Vs 23%, respetivamente.

	2010	2011	Var.
Abates	37.102	2.874	-92,3%
RAC	18.501	23.680	+28,0%
Outros	217.151	164.808	-24,1%
<b>TTL</b>	<b>272.754</b>	<b>191.362</b>	<b>-29,8%</b>



Fonte: ACAP

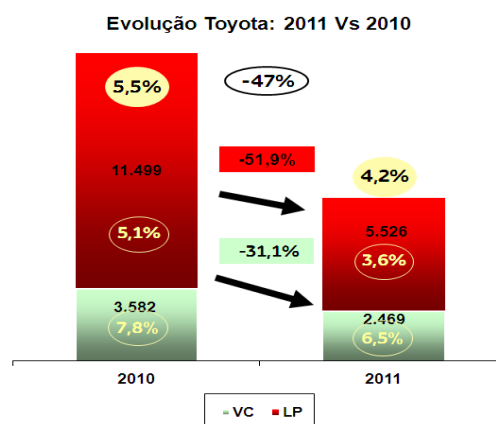
De destacar, como fatores justificativos da performance de mercado:

- 1) A forte desaceleração económica sentida em Portugal, na sequência da crise económica e financeira que desencadeou a intervenção do FMI em Portugal;
- 2) A antecipação de compra sentida no final de 2010 motivada pelas alterações ao ISV e fim de incentivo aos veículos em fim de vida.
- 3) A antecipação de compra no ano de 2011 de veículos comerciais, evitando o acréscimo anunciado de ISV anunciado para 2012

## TOYOTA

### Viaturas Toyota

Em 2011, não fugindo à tendência de mercado, as matrículas Toyota apresentaram uma quebra de 47% no seu total, atingindo as 7.995 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado de 4,2%.



O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

- (1) Ao escoamento das actuais geração Aygo, Avensis e, principalmente, Yaris preparando o lançamento dos novos modelos;
- (2) À forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B & C, com modelos com um ciclo de vida mais recente, associados a campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano;
- (3) E, no caso específico dos comerciais, a falta de oferta no segmento mais representativo do mercado – Combos – associado à menor competitividade no segmento dos CDV.

Globalmente, a perda de quota continua a reflectir uma menor taxa de cobertura do mercado, devido à tendência crescente de oferta de um tipo de viaturas que não dispomos na nossa gama (SW e SUV / CUV no segmento C).

De destacar, no entanto, os seguintes pontos positivos:

- A manutenção da liderança do segmento Chassis-Cabine com o modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar;
- A recuperação do primeiro lugar no segmento das Pick-up;
- O incremento da quota no segmento dos furgões, com a Hiace;
- O bem sucedido lançamento da NG YARIS, em Outubro de 2011;
- E a boa performance do Avensis, cujo escoamento bem sucedido levou à antecipação em um mês do lançamento do facelift (de Janeiro de 2012 para Dezembro de 2011).



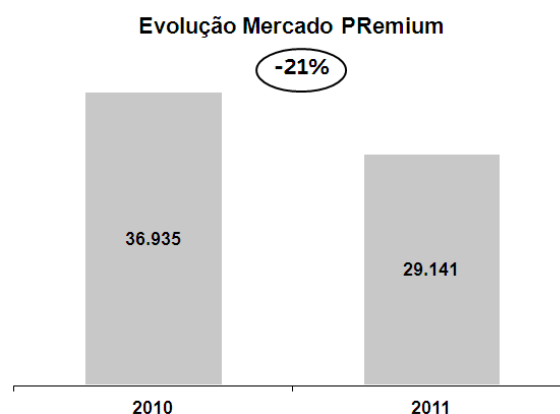
**Para 2012**, os objetivos globais definidos passam por:

- Potenciar a Produção Europeia e Nacional;
- Maximizar o desempenho da produção nacional, assegurando um eficaz escoamento da Hiace;
- Acelerar a massificação dos híbridos
- Reforçar a imagem de marca

### Enquadramento do Mercado Premium

Embora tipicamente menos afetado por ciclos económicos negativos, também o Mercado Premium apresentou uma quebra acentuada – 21% - totalizando 29.141 unidades comercializadas.

	2010	2011	Var.
RAC	1.542	1.809	+17,3%
Abate	1.216	98	-91,9%
Outros	34.177	27.237	-20,3%
<b>TTL</b>	<b>36.935</b>	<b>29.141</b>	<b>-21,1%</b>

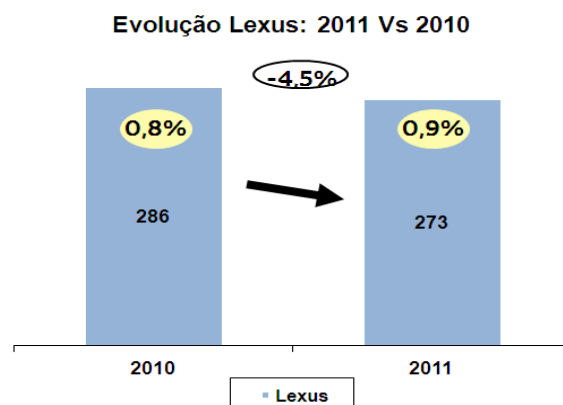


Os fatores justificativos da performance do mercado premium são em tudo semelhantes ao mercado total – a desaceleração económica e a antecipação de compra.

## LEXUS

### Viaturas Lexus

No contexto de mercado complexo, a performance Lexus foi extremamente positiva, apresentando uma quebra de apenas 4,5%, a que correspondeu um aumento de quota de mercado para os 0,9% (+0,1 p.p. Vs 2010).



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

O desempenho Lexus ficou a dever-se essencialmente ao lançamento do novo CT200h, o primeiro híbrido de luxo no segmento C.

No campo oposto, o aproximar do fim de ciclo de vida dos modelos RXh e do IS limitou o potencial de vendas da marca num mercado cada vez mais competitivo e agressivo.

**Para 2012**, os objetivos globais definidos passam por:

- Aumentar a notoriedade da marca
- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas (Novo GS e novo RX)

## MÁQUINAS INDUSTRIAIS

### Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'10	'11	Variação	'10		'11		Variação
			%	QT	Quota	QT	Quota	%
Empilhadores Contrabalançados	1001	859	-14,2	233	23,3	156	18,2	-33,0
Equipamento de armazém	1041	1111	6,7	199	19,1	293	26,4	47,2
TOTAL MMC	2042	1970	-3,5	432	21,2	449	22,8	3,9

Fonte: ACAP

### Mercado

No ano de 2011 o mercado de **Máquinas de Movimentação de Carga**, manteve a sua trajetória descendente, ressentindo-se da crise em que se encontra a economia Portuguesa e que tem conduzido ao encerramento de inúmeras empresas da área Industrial, bem como à redução de frotas ou adiamento na renovação das mesmas, face à quebra de atividade económica. Desta forma, foi verificada uma quebra de mercado na ordem dos 3,5%, perfazendo 1.970 unidades contra 2.042 em 2010.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Analisando por tipo de equipamento verificou-se que a quebra de mercado se situou essencialmente nos Empilhadores Contrabalançados (-14,2%) mais ligados à Indústria, tendo-se inclusivamente registado um ligeiro crescimento nos Equipamentos de Armazém (+6,7%), justificado por estar associado ao sector Logístico e do Retalho e Distribuição Alimentar onde a crise se tem feito notar de forma menos acentuada.

### Vendas Toyota + BT

Relativamente às vendas de **Empilhadores Contrabalançados Toyota** a quebra nas vendas atingiu os 33% comparativamente com igual período do ano anterior.

Quanto às vendas de **Equipamentos Armazém**, verificou-se um crescimento na ordem dos 47,2%, impulsionado por alguns negócios de frota.

Não obstante, e em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT manteve a liderança de mercado atingindo uma quota de 22,8%.

### APÓS - VENDA

	MEuros		
Produto	Vendas 2010	Vendas 2011	Cresc. % 2011/2010
Peças/Acessórios/Merchandising	42,9	41,0	-4,30%
Serviços Extracare/Eurocare	1,9	1,5	-25,10%
Total	44,8	42,5	-5,20%

A Divisão de Após Venda Toyota faturou durante o ano de 2011, em peças, acessórios e merchandising, 42 milhões de euros. Este valor ultrapassou em 2 pontos percentuais o orçamento previsto para o ano. Contudo, e relativamente ao valor faturado em 2010, corresponde a um decréscimo de 5,2%.

De igual forma, também na venda de serviços (designadamente os “Eurocare”, “Extracare” e “Euroassistance”) se verifica uma situação de decréscimo. A faturação destes serviços totalizou 1,5 milhões de euros, menos 25,1% que no ano anterior. De salientar que no primeiro trimestre de 2010, estão incluídos os “eurocares” envolvidos na campanha de Inspeção do Pedal do Acelerador e que totalizaram 157 mil euros. Por seu lado, os serviços “mandatory” encontram-se dependentes da venda de viaturas novas (às quais estão diretamente associados), e cuja atividade sofreu uma forte retração no ano de 2011.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

A análise apresentada de seguida diz respeito apenas à venda de peças, acessórios e merchandising não incluindo, portanto, a venda de serviços.

### Distribuição das vendas totais:

	Peso (%) no Total das Vendas	
	2010	2011
Peças Genuínas Toyota	84,70%	88,00%
Peças de Incorporação Nacional	4,30%	3,90%
Acessórios *	10,20%	7,50%
Merchandising *	0,90%	0,60%

\* Os Acessórios e “Merchandising” englobam material genuíno Toyota e material de origem nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representou em 2011 a maior fatia das vendas globais, correspondendo a 88,0% das mesmas (ligeiramente superior aos 84,7% de 2010).

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após Venda. Para este cliente destinou-se 91,9% da faturação global, o equivalente a 37,7 milhões de euros. Este valor representa um decréscimo de 2,7% (-1 milhão de euros) quando comparado com o realizado em 2010.

Os resultados das vendas do ano de 2011 traduzem o atual estado de retração no investimento dos portugueses. Afetados por um clima económico adverso, a prioridade recai na contenção das despesas, afetando de forma grave o negócio automóvel.

Foram diversas as iniciativas levadas a cabo pela Toyota Caetano Portugal, numa tentativa de contrariar esta situação desfavorável, das quais destacamos as seguintes:

- Ação de Retenção de Clientes para viaturas com mais de 7 anos, com oferta do IVA nas operações de manutenção. Criação do club “Vantagens 7”, com promoções mensais exclusivas para os subscritores, aumentando o envolvimento destes com a marca Toyota.
- Lançamento da Campanha de Retenção/Fidelização de clientes, que decorreu durante o Verão, focalizada na segurança da viatura e respetiva preparação para as férias.
- Desenvolvimento de novos contratos de manutenção, completamente geridos pela Toyota Caetano Portugal.
- Melhoria dos níveis de incorporação do Seguro Toyota.
- Alargamento do Programa de Comercialização de Lubrificantes TGMO (Toyota Genuine Motor Oil) na rede Oficial Toyota.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

- Incentivo à venda de Acessórios, com a inclusão de diversos produtos nas campanhas de retenção de clientes (ex. cortinas de sol e ganchos de reboque). Adicionalmente desenvolveu-se o programa de incentivos à venda RedLine, bem como se reforçou os apoios para a colocação de acessórios nas viaturas de exposição e demonstração.
- Divulgação contínua ao longo do ano, do negócio dos pneus, inserido por ex. nas campanhas de retenção de clientes.
- Lançamento de diversas Campanhas Trade, destinadas aos clientes de peças do Balcão Público.

## RECURSOS HUMANOS

Na área de Recursos Humanos, procuramos contribuir diretamente para as tomadas de decisão, disponibilizando dados significativos e relevantes em termos de resultados através do melhoramento constante das aplicações de gestão de Recursos Humanos, adequando-as para o estabelecimento de combinações de análise, parâmetros de rendimentos e indicadores de pessoal, aperfeiçoando a qualidade e a precisão da informação, possibilitando ainda a projeção e análise do impacto de eventuais cenários.

Numa ótica de simplificação, automatização de processos administrativos e otimização de recursos, demos ainda continuidade ao projeto do “Portal do Empregado”, com novas funcionalidades extensivas a toda a TCAP.

Demos início ao projeto BPM (Business Process Management) tendo em vista a melhoria dos processos desenvolvidos pelos Recursos Humanos, através da automação, controle e otimização.

Comparativamente a 2010 o efetivo teve a variação que se apresenta no quadro seguinte:

Nº Colaboradores	2010	2011	Variação
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	262	246	-16
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	297	214	-83
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	74	73	-1
TOTAL	633	533	-100

A idade do efetivo continua a ser uma das preocupações, notando-se como se evidência do quadro seguinte, uma tendência para um ligeiro decréscimo na idade média relativamente a 2010.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Estabelecimento	2010	2011
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	44,15	43,68
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	41,65	41,64
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	40,3	41,41

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica, não se verificaram alterações salariais.

A Assembleia Geral de Acionistas decidiu, sob proposta do conselho de Administração, atribuir uma Gratificação Extraordinária / Participação nos Lucros, para os colaboradores no montante de 600.000,00 Euros, a qual foi processada e paga em Junho de 2011.

### **CAETANO AUTO, S.A.**

A situação de crise económica e financeira mundial, cujos reflexos já eram por demais evidentes no tecido empresarial Português, foi-se agravando ao longo do ano de 2011, com as previsões de crescimento a serem revistas sucessivamente em baixa e com os riscos a acentuarem-se negativamente, tendo conduzido à inevitabilidade do pedido de ajuda de Portugal ao FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, ocorrido em Março de 2011. O desenho do memorando de entendimento que daí resultou, é fortemente suportado em medidas de austeridade e de condicionalismos específicos de política económica tendentes a reduzir o défice orçamental e o crescimento da dívida pública.

Esta conjuntura afeta de forma muito especial o sector automóvel que registou em 2011 os valores mais baixos da venda de veículos de passageiros dos últimos treze anos, apresentando uma quebra de 30%, face ao verificado em 2010, com apenas 191.362 unidades comercializadas.

Neste contexto a Caetano Auto é responsável em 2011 por 4.175 matrículas de veículos novos, contra as 7.763 de 2010, evidenciando assim um decréscimo de 46%.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, que decorre principalmente da atividade dos novos – pelas designadas “retomas” que servem de pagamento parcial à venda de unidades novas – naturalmente, regista igualmente um decréscimo nas vendas, neste caso de cerca de 25% comparativamente a 2010. Para combater esta tendência de degradação do negócio fortemente condicionada pela atual conjuntura a Caetano Auto continua a desenvolver novos canais de venda, nomeadamente a internet, através da participação em leilões de sites da especialidade.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Os serviços de após venda, também se ressentiram neste período de crise generalizada, registando em 2011 igual decréscimo do volume de negócios e conseqüente decréscimo do resultado libertado. De facto, quer a atual redução do parque circulante da Toyota em Portugal, quer a tendência de alargamento dos períodos de manutenção da marca, quer também o facto de as viaturas circularem menos, percorrendo conseqüentemente menos kms, tudo em conjunto justifica o crescimento negativo desta área do negócio.

Finalmente, também nos financiamentos que proporcionamos aos nossos clientes, área que tradicionalmente constitui na nossa empresa uma atividade acessória com impacto de relevo nos resultados, sofreu em 2011 um decréscimo relativamente ao ano anterior superior a 50% em consequência da redução já relatada do negócio da venda de viaturas.

Assim e face à deterioração generalizada do negócio, a gestão da Caetano Auto, continuou a esforçar-se para reduzir as suas despesas, por exemplo nos “Fornecimentos e serviços externos” que registaram em 2011 nova redução, de cerca de 2 milhões de euros comparativamente a 2010 e nas “Despesas com o pessoal” conseguindo uma redução de mais de 3 milhões de euros.

Em termos de investimentos de 2011, estes resumiram-se à aquisição de novas instalações estratégicas em Évora, renovação da frota automóvel utilizada na própria atividade e aquisição do novo DMS – programa informático designado por Spiga+ cujo arranque aconteceu em Outubro passado.

## **AUTO PARTNER – COM. AUTOMÓVEIS, S.A.**

No contexto da crise económico-financeira já atrás exposta, com profundos reflexos no sector automóvel a Auto Partner foi responsável em 2011 pela venda de 257 unidades de veículos novos, contra as 354 de 2010, evidenciando assim um decréscimo de 27%.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, registou igualmente um decréscimo, ao contabilizar em 2011 somente 216 unidades vendidas.

Os serviços de após venda, registaram em 2011 igual decréscimo do volume de negócios e conseqüente redução dos meios libertos.

As razões para tal são em tudo idênticas às mencionadas para a Caetano Auto ou seja, redução do parque circulante e alongamento dos períodos de manutenção das viaturas.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

A gestão da Auto Partner, continuou a esforçar-se no sentido da redução das suas despesas, tendo por exemplo nos “Fornecimentos e serviços externos” registado em 2011 nova redução de cerca de 140 mil euros comparativamente a 2010.

Também na área do investimento, a Auto Partner limitou-se ao indispensável, concretizando-se resumidamente em maquinaria e mobiliário diverso que não ultrapassou os 17 mil euros.

## **CAETANO COLISÃO (Norte), S.A.**

O negócio da Caetano Colisão (Norte) merece uma análise segmentada das vendas por tipo de Cliente, que evidencia o facto de no segmento das Seguradoras existir uma manutenção do valor de faturação face ao ano anterior. Contudo, a quebra que a atividade regista no global deve-se essencialmente ao segmento das Gestoras de Frota e aos clientes particulares, onde existe uma variação negativa face ao ano anterior de 27%.

Assim e face à redução de atividade manifestada, a gestão da Caetano Colisão (Norte), continuou a esforçar-se no sentido da redução das suas despesas, tendo em vista a otimização dos seus resultados operacionais.

## **CABO VERDE MOTORS, S.A.**

O ritmo de crescimento económico em Cabo Verde, está dependente dos sectores do turismo e imobiliário.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística Caboverdiano, estes sectores registaram um abrandamento no último trimestre de 2011.

O enquadramento externo mais desfavorável, nos últimos meses do ano de 2011 teve reflexos negativos na evolução das transações de Cabo Verde.

O investimento continua a decrescer, confirma o INE Caboverdiano.

Apesar das circunstâncias do mercado caboverdiano e mundial, a Cabo Verde Motors conseguiu elevar o seu nível de faturação, ficando acima do ano anterior.



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

No quadro abaixo podemos observar a comparação da evolução da atividade comercial do ano de 2011 relativamente ao ano de 2010.

Período	Nº Viaturas Vendidas	Volume Negócios			Total
		Viaturas	Peças	Mão de Obra	
Ano 2010	411	9.506	1.915	356	11.777
Ano 2011	435	9.863	1.868	343	12.074
Comparação					
Valor	24	357	-47	-12	298
%	6%	4%	-2%	-3%	3%

Em termos de perspetivas para o exercício de 2012, julgamos que os níveis de atividade e de resultados se manterão semelhantes aos apurados em 2011, apesar das previsões de uma conjuntura económica menos favorável.

## **CAETANO RENTING, S.A.**

O Volume de Negócios atingiu o valor de 5,7 milhões de euros, o que em comparação com o Exercício anterior, representa um aumento de cerca de 16,45%.

A frota média da Empresa ao longo do ano, situou-se nas 1855 unidades, mais 320 do que no ano anterior, sendo que no termo do exercício, o total era de 1469 unidades.

O total de veículos em Frota, apresenta a estrutura infra:

- Veículos Ligeiros de Passageiros : 1.098 uts (74,75%)
- Veículos Comerciais Ligeiros: 77 uts ( 5,24%)
- Máquinas Industriais: 294 uts (20,01%)

O total das reintegrações ascendeu a 5,7 milhões Euros, o que representa um acréscimo de 30,90%.

O custo financeiro por sua vez, subiu substancialmente, em relação ao ano anterior motivado pelo aumento generalizado dos Spreads bancários.

Face ao exposto e essencialmente pelo nível de amortizações contabilizado, a Empresa apresentou em 2011 um Resultado Líquido negativo de 61 milhares Euros .

## **CAETANO COMPONENTS, S.A.**

Derivado sobretudo do início de comercialização do Chassis C5 verificou-se, comparativamente com 2010, um ligeiro aumento do volume de negócios em 3,6%, no entanto este incremento não originou o mesmo efeito evolutivo em resultados, o tipo de vendas e margens obtidas são diferenciadas entre exercícios ficando o exercício de 2011 penalizado pela alteração e arranque desta atividade. Adicionalmente incorreu-se em 2011, em encargos significativos de consultoria técnica fruto da implementação deste novo projeto.

A forte quebra de investimento das empresas em 2011 e a paralisação motivada pelo violento sismo ocorrido no Japão, impactou na redução de produção do modelo Dyna e consequentemente na redução do fornecimento de bancos e componentes para a fábrica de Ovar (Toyota Caetano Portugal).

O fornecimento de bancos para a atividade Optimo também se ressentiu de condicionalismos de mercado nomeadamente pelas restrições orçamentais dos nossos principais clientes, entidades ligadas ao associativismo, à causa social e entes públicos. Pela quantidade de unidades disponíveis em stock, não se perspetiva no próximo exercício qualquer produção para esta área de negócio.

Pela redução significativa de encomendas por parte dos clientes EFACEC e MANITOWOC, entendeu-se, face ao encargo e à subocupação da estrutura dedicada a esta atividade, cancelar o fornecimento destes componentes.

Adicionalmente para o exercício findo, destaca-se as seguintes notas:

- Aceleração da cadência de produção de chassis C5 no 2º semestre, no exercício em análise foram produzidos 34 chassis modelo Diesel.
- Consolidação da formação de equipas e processos produtivos de chassis C5.
- Pelo programa de apoio Sistema de Incentivos à Inovação no âmbito do QREN conclusão de investimento na linha de produção de chassis, destaca-se a aquisição de um equipamento que permite quinar espessuras de materiais utilizados nesta produção.
- Colaboração com o instituto Kaizen na definição de layout de produção e melhoria de logística interna.
- Mantém-se em curso os projetos ISeat e IBus com finalidade de desenvolvimento de soluções de interior para a indústria ferroviária e rodoviária, respetivamente.

Estamos cientes que 2012 dependerá sobretudo do volume de encomendas de chassis C5, negócio core, dado que e de forma mais previsível não se vislumbra a curto prazo melhorias para o setor automóvel.

Não descurando medidas de ajustamento de cargas de pessoal, está em análise a viabilidade de participação em alguns projetos na possibilidade de amenizar os atuais problemas de subocupação.

## **MOVICARGO**

Empresa sem atividade no período em análise.

## **ACTIVIDADE FINANCEIRA**

Já bastante foi dito sobre a profunda crise financeira e económica que se abateu sobre Portugal mas, que no entanto já se entevia desde finais de 2008.

A única incerteza era de facto a sua extensão e duração.

Infelizmente e na nossa opinião esta crise é transversal a todos os sectores de atividade e durará bem mais do que muitos analistas inicialmente previram.

Não gostaríamos também de ocultar que embora transversal, esta crise teve impactos ainda mais profundos ao nível da comercialização dos chamados bens duradouros (imobiliário e automóvel).

De resto a quebra do volume de negócios verificada no Grupo Toyota Caetano de cerca de 31% não deixa de refletir esta realidade.

Por sua vez e ao nível financeiro a falta de liquidez manifestada pela generalidade das instituições bancárias gerou obviamente uma tendência de alta nos spreads que em nada ajudou ao equilíbrio da atividade.

Foi-nos apesar de tudo possível manter níveis de financiamento adequados às necessidades operacionais, garantindo assim o normal funcionamento do Grupo, ainda que operando num cenário difícil conforme atrás descrito.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Com um Cash-Flow gerado um pouco acima dos 15 milhões de Euros (ainda que cerca de metade do pretérito exercício), foi-nos possível reduzir o passivo corrente, adequando-o aos níveis de atividade desenvolvida, sendo que do lado do ativo a aparente não redução dos stocks se deve mais à situação de antecipação de compra com que fomos confrontados no final de 2010, do que com um eventual incremento dos prazos efetivos de rotação das existências. Obviamente que nesta área, as provisões constituídas nos parecem adequados ao risco existente.

No que aos resultados obtidos respeita (-2,2 milhões de Euros) e embora com um sentimento de insatisfação pelos mesmos, gostaríamos de salientar o registo de alguns custos não recorrentes e que alguma forma os podem ajudar a compreender, sendo que nos colocamos simultaneamente numa situação mais adequada para enfrentarmos o futuro difícil que se adivinha.

Esses custos não recorrentes traduziram-se em cerca de 2,3 milhões de Euros de indemnizações pagas por mútuos acordos celebrados com Colaboradores, bem assim como uma provisão extraordinária para cobertura das responsabilidades com o Fundo Pensões Salvador Caetano que em relação ao ano transato, apresenta um impacto de 1,2 MEuros.

Resultante do atrás exposto e, contra todas as adversidades, foi-nos possível elevar o grau de Autonomia Financeira do Grupo Toyota Caetano o qual se situou no final do corrente exercício nuns confortáveis 50,6% contra 48,4% em 31 de Dezembro de 2010.

Uma última nota para o facto do perímetro de consolidação do Grupo se ter somente alterado pela saída no período em apreço da SC(UK), sendo que nenhuma das Empresas integrantes do Grupo Toyota Caetano, apresenta qualquer dívida ou mora perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal.

## PERSPECTIVAS

O ano de 2012 perspectiva-se como sendo um ano particularmente desafiante dados os pressupostos macroeconómicos assumidos, com uma forte retracção do PIB conforme previsão do Banco de Portugal no seu último Boletim de Inverno:

Projeções do Banco de Portugal 2011- 2013					
Taxa de variação, em percentagem					
	BE Inverno			BE Outono	
	2011	2012	2013	2011	2012
PIB	-1,6	-3,1	0,3	-1,9	-2,2
Consumo Privado	-3,6	-6,0	-1,8	-3,8	-3,6
Consumo Público	-3,2	-2,9	-1,4	-3,3	-4,1
FBCF	-11,2	-12,8	-1,8	-11,4	-10,8
Procura interna	-5,2	-6,5	-1,5	-5,2	-4,8
Exportações	7,3	4,1	5,8	-4,1	-2,8
Importações	-4,3	-6,3	0,7	-4,1	-2,8
IHPC	3,6	3,2	1,0	3,5	2,4

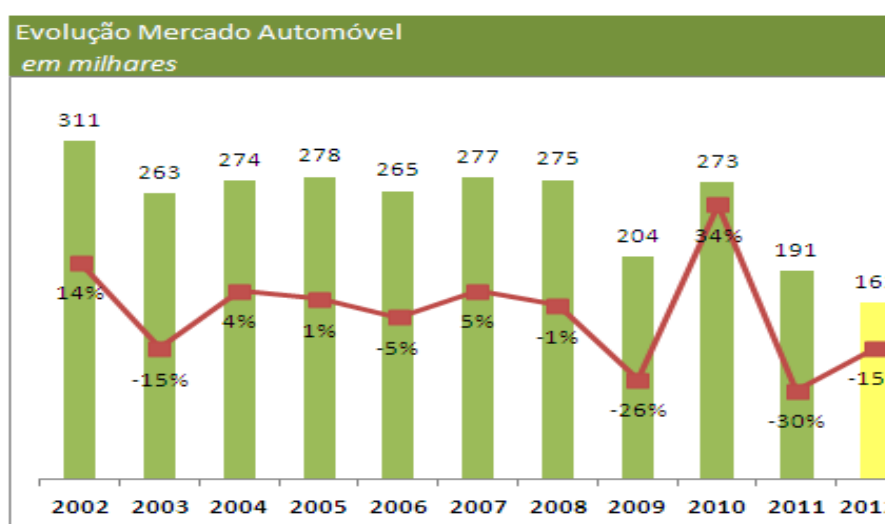
## Toyota Caetano Portugal, S.A.

A retracção prevista ao nível de consumo é sentida de forma mais intensa no consumo privado, estando projectada uma quebra de 6% para 2012.

O Mercado Automóvel será afectado por esta envolvente, destacando-se ainda dois factores específicos que condicionam a procura em 2012:

- O fenómeno de antecipação de compra de viaturas comerciais, sentido no final de 2011, que irá previsivelmente resultar numa menor procura no início do ano de 2012;
- E o aumento de ISV sobre as viaturas comerciais, que irão penalizar adicionalmente a procura deste tipo de viaturas.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado providenciada pela ACAP no início deste exercício e para 2012 assume uma quebra adicional 15% face ao ano anterior, situando-se em torno das 162.000 unidades:



Face às condições descritas, o objectivo Toyota para 2011 é de comercializar 7.140 unidades, representando este valor uma quebra ligeiramente inferior ao estimado para o mercado, resultando numa quota de mercado de 4,4% - um crescimento de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

Relativamente à Lexus, o objectivo situa-se nas 255 unidades, ao que corresponde uma quota de 1% - um crescimento de 0,1 p.p. face ao ano anterior.

## GESTÃO DE RISCOS

### Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a actividade operacional.

O principal objectivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efectiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementado processos e procedimentos pró-activos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

### Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

### Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro), o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

### Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objectivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspectos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
  - b) Diversificação de fontes de financiamento;
  - c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
  - d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.
- A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade

## **ACÇÕES PRÓPRIAS**

A sociedade não adquiriu, nem alienou acções próprias durante o exercício. À data de 31 de Dezembro 2011, a sociedade não detinha acções próprias.

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2011, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de Euros 2.030.231,00 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- |  |     |              |
|--|-----|--------------|
| a) Para a conta de Perdas em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial. | Eur | 2.058.481,89 |
| b) O remanescente para reforço de Reservas Livres  | Eur | 28.250,89    |



## **Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício**

Desde a conclusão do ano de 2011 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser mencionados.

## **Outros Assuntos / Agradecimentos**

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação;
- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 4 de Abril de 2012

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos –Presidente  
Hiroyuki Ochiai  
Daniele Schillaci  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos  
Salvador Acácio Martins Caetano  
Miguel Pedro Caetano Ramos  
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

## **INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

(NOS TERMOS DO ARTIGO 9º ALÍNEA a) DO REG. DA CMVM 5/2008)

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS** - Não tem ações nem obrigações.

**HIROYUKI OCHIAI** - Não tem ações nem obrigações.

**DANIELE SCHILLACI** - Não tem ações nem obrigações.

**DRª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS** - Não tem ações nem obrigações.

**ENGº SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO** - Não tem ações nem obrigações.

**ENGº MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS** – Não tem ações nem obrigações.

**DR. RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES** - Não tem ações nem obrigações.

**SHIGEKI ENAMI** - Não tem ações nem obrigações.

**Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - Presidente do Conselho de Administração, **Engº Salvador Acácio Martins Caetano** - Vice-Presidente do Conselho de Administração, **Engº José Reis da Silva Ramos** e **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos** – Vogais do Conselho de Administração do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade adquiriu em 4 de Novembro de 2011, 288.281 ações ao preço médio de 4,027 € cada, pelo que em 31 de Dezembro de 2011, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

**Engº José Reis da Silva Ramos** - cônjuge da **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** – Presidente do Conselho de Administração, **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano** e **Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes** – Vogais do Conselho de Administração, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, adquiriu: em 4 de Julho de 2011, 160 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 11 de Julho de 2011, 345 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 2 de Agosto de 2011, 25 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 16 de Agosto de 2011, 1.945 ações ao preço de € 3,70 cada, em 19 de Agosto de 2011, 30 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 1 de Setembro de 2011, 1.497 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 15 de Setembro de 2011, 80 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 23 de Setembro de 201, 423 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 27 de Setembro de 2011, 527 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 30 de Setembro de 2011, 973 ações ao preço de € 3,65 cada uma; em 4 de Outubro de 2011, 27 ações ao preço de € 3,65 cada uma; em 6 de Outubro de 2011, 205 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 13 de Outubro de 2011, 65 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 14 de Outubro de 2011, 65 ações, ao preço de € 3,70 cada uma; em 26 de Outubro de 2011, 100 ações, ao preço de € 3,70 cada uma; em 16 de Dezembro de 2011, 200 ações, ao preço de € 3,60 cada uma; em 20 de Dezembro de 2011, 1.075 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 22 de Dezembro de 2011, 1.225 ações ao preço de € 3,60 cada uma; 23 de Dezembro de 2011, 775 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 27 de Dezembro de 2011, 177 ações ao preço de € 3,70 cada uma e 215 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 29 de Dezembro de 2011, 2500 ações ao preço de 3,90 cada uma; alienou: em 4 de Novembro de 2011, 288.281 ações ao preço médio de € 4,027 cada uma, pelo que em 31 de Dezembro de 2011 detinha 6.167 ações, com o valor nominal de um euro cada.

**Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Engº José Reis da Silva Ramos** - Presidente do Conselho de Administração e **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vice-Presidente do Conselho de Administração da COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., esta sociedade, não teve movimentos, pelo que em 31 de Dezembro de 2011, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada.

**Toyota** Caetano Portugal, S.A.

**Dr.<sup>a</sup> Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Eng<sup>o</sup> José Reis da Silva Ramos** - Presidente do Conselho de Administração e **Eng.<sup>o</sup> Salvador Acácio Martins Caetano** – Vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2011 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

#### **CONSELHO FISCAL**

**Dr. José Domingos da Silva Fernandes** - Não tem ações nem obrigações.

**Takehiko Kuriyama** - Não tem ações nem obrigações.

**Maria Livia Fernandes Alves** - Não tem ações nem obrigações.

#### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS:**

**PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Pereira Alves, ou pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso** - Não tem ações nem obrigações.

**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA  
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(NOS TERMOS DO ARTIGO 14º 6/7 DO REG. DA CMVM 5/2008)  
(ARTIGO 447.º CSC)**

	Ações Detidas Em 31.12.10	Ações Adquiridas Em 2011	Ações Vendidas Em 2011	Ações Detidas Em 31.12.11
ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS ( <b>Presidente</b> )	125.590	--	125.590	--
HIROYUKI OCHIAI ( <b>Vogal</b> )	--	--	--	--
DANIELE SCHILLACI ( <b>Vogal</b> )	--	--	--	--
DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS ( <b>Vogal</b> )	--	--	--	--
ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO ( <b>Vogal</b> )	--	--	--	--
ENGº MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS ( <b>Vogal</b> )	1.130	--	1.130	--
DR. RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES ( <b>Vogal</b> )	--	--	--	--
SHIGEKI ENAMI ( <b>Administrador - Suplente</b> )	--	--	--	--
DR. JOSÉ DOMINGOS DA SILVA FERNANDES ( <b>Presidente Cons. Fiscal</b> )	--	--	--	--
TAKEHIKO KURIYAMA ( <b>Vogal Cons. Fiscal</b> )	--	--	--	--
MARIA LIVIA FERNANDES ALVES ( <b>Vogal Cons. Fiscal</b> )	--	--	--	--
PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados, SROC, S.A., REPRESENTADO PELO SR. Dr. JOSÉ PEREIRA ALVES OU PELO SR. DR. HERMINIO ANTÓNIO PAULOS AFONSO ( <b>ROC - Efectivo</b> )	--	--	--	--

**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS  
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.  
(NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DO REG. DA CMVM 5/2008)**

**PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A UM DÉCIMO DO CAPITAL**

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>Ações Detidas Em 31.12.2010</b>	<b>Ações Adquiridas Em 2011</b>	<b>Ações Vendidas Em 2011</b>	<b>Ações Detidas Em 31.12.11</b>
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	--	--	9.450.000

**PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A METADE DO CAPITAL**

<b>ACCIONISTAS</b>	<b>Ações Detidas Em 31.12.2010</b>	<b>Ações Adquiridas Em 2011</b>	<b>Ações Vendidas Em 2011</b>	<b>Ações Detidas Em 31.12.11</b>
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	21.000.000	288.281	--	21.288.281

**LISTA DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS SUPERIORES A  
2% DO CAPITAL SOCIAL  
(ARTIGO 448.º CSC)**

<b>ACCIONISTA</b>	<b>Ações</b>	<b>% dos direitos de voto</b>
GRUPO SALVADOR CAETANO - SGPS, SA	21.288.281	60,824
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Herdeiros de)	1.399.255	3,998
Millennium BCP – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:		
• Millennium Ações Portugal	630.540	1,80
• Millennium PPA	473.468	1,35
• Millennium Poupança PPR	71.826	0,21
• Millennium Investimento PPR	41.205	0,12
• Millennium Aforro PPR	9.896	0,03

***Contas Individuais***

***Dezembro 2011***



## INDICADORES FINANCEIROS

	(Euros)		
	Dez '11	Dez '10	Dez '09
VOLUME DE NEGOCIOS	216.494.380	328.425.815	294.821.380
CASH-FLOW BRUTO	9.127.616	18.980.831	18.272.002
RESULTADO LIQUIDO	-2.030.231	10.652.179	11.033.809
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	2.612.198	2.669.057	2.786.295
CUSTOS COM O PESSOAL	18.723.028	19.850.120	18.782.724
INVESTIMENTO LIQUIDO	3.929.818	5.827.094	12.070.239
FUNDO DE MANEIO BRUTO	54.214.807	84.340.688	77.511.482
VAB	35.479.993	47.216.057	43.421.334
UNIDADES VENDIDAS	12.656	18.839	16.564
VOLUME DE EMPREGO	534	618	675

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ACTIVO	Notas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5	28.046.012	32.414.642
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	6	14.031.290	14.470.383
GOODWILL	7	611.997	611.997
ATIVOS INTANGÍVEIS	8	0	12.300
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	9	46.859.541	53.016.791
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	10	39.904	39.904
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	11	943.565	902.886
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
INVENTÁRIOS	12	51.065.508	48.317.270
CLIENTES	13	71.094.330	88.303.488
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		8.227	12.162
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	11	1.525.768	
ACIONISTAS	14	848.715	1.866.882
OUTRAS CONTAS A RECEBER		10.282	30.688
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	10	4.398.199	12.133.199
DIFERIMENTOS	16	384.639	485.926
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	4	3.597.726	1.996.607
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>223.465.703</b>	<b>254.615.123</b>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
CAPITAL REALIZADO		35.000.000	35.000.000
RESERVAS LEGAIS		7.498.903	7.498.903
OUTRAS RESERVAS		75.193.514	74.944.552
RESULTADOS TRANSITADOS		339.480	548.253
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS		9.157.473	6.486.824
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO		6.195.184	6.195.184
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO		127.608	-1.131.341
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-2.030.231	10.652.179
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	17	<b>131.481.931</b>	<b>140.194.554</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	20	2.603.116	4.124.771
ACIONISTAS	14	340.000	3.536.244
RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	25	1.433.432	
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	11	764.793	898.073
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
FORNECEDORES	22	22.890.154	30.318.608
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		339.922	321.801
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	11	6.600.744	15.425.296
ACIONISTAS	14	23.515	47.426
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	20	47.490.777	47.202.702
OUTRAS CONTAS A PAGAR	15	4.877.205	8.076.672
DIFERIMENTOS	16	4.231.758	4.294.196
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	23	388.356	174.782
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>91.983.771</b>	<b>114.420.570</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>223.465.703</b>	<b>254.615.123</b>

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

	Notas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	26	216.494.380	328.425.815
SUBSIDIOS A EXPLORAÇÃO	18	1.258.053	1.110.939
GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIARIAS	9	-2.058.482	3.010.129
VARIAÇÃO NOS INVENTARIOS DA PRODUÇÃO	12	-383.983	-1.049.454
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS	12	-174.660.889	-267.072.664
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	28	-32.875.236	-39.396.823
GASTOS COM O PESSOAL	29	-18.723.028	-19.850.120
IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS	12,19		212.028
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	13,19	10.105	-212.672
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	23	-213.574	938.483
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31	26.993.864	29.599.346
OUTROS GASTOS E PERDAS	31	-6.363.347	-10.117.151
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		9.477.863	25.597.855
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	5,6 e 8	-8.749.840	-9.843.007
IMPARIDADES DE ACTIVOS DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS			
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		728.023	15.754.848
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	32	361.607	134.356
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	32	-2.973.805	-2.803.413
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		-1.884.175	13.085.791
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	11	-146.056	-2.433.612
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO</b>		-2.030.231	10.652.179
RESULTADO POR AÇÃO	33	-0,06	0,30

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total do Capital Próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>74.544.546</b>	<b>0</b>	<b>1.362.587</b>	<b>6.195.184</b>	<b>-1.089.959</b>	<b>11.033.809</b>	<b>134.545.070</b>
Alterações no período									
Outras alterações no Capital Próprio			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
Resultado Líquido do período								10.652.179	10.652.179
Resultado Integral								10.652.179	10.652.179
Aplicação do resultado									
Transferência para Reserva Legal									0
Dividendos distribuídos								-5.250.000	-5.250.000
Transferência para Outras Reservas			111.319	6.478	5.666.012			-5.783.809	0
			111.319	6.478	5.666.012			-11.033.809	-5.250.000
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>74.944.552</b>	<b>548.253</b>	<b>6.486.824</b>	<b>6.195.184</b>	<b>-1.131.341</b>	<b>10.652.179</b>	<b>140.194.554</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>74.944.552</b>	<b>548.253</b>	<b>6.486.824</b>	<b>6.195.184</b>	<b>-1.131.341</b>	<b>10.652.179</b>	<b>140.194.554</b>
Alterações no período									
Outras alterações no Capital Próprio				339.480	-339.480		-32.392		-32.392
			0	339.480	-339.480		-32.392		-32.392
Resultado Líquido do período								-2.030.231	-2.030.231
Resultado Integral								-2.030.231	-2.030.231
Aplicação do resultado									
Dividendos distribuídos				-350.000				-6.300.000	-6.650.000
Transferência para Outras Reservas			248.962	-198.253	3.010.129		1.291.341	-4.352.179	0
			248.962	-548.253	3.010.129		1.291.341	-10.652.179	-6.650.000
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>35.000.000</b>	<b>7.498.903</b>	<b>75.193.514</b>	<b>339.480</b>	<b>9.157.473</b>	<b>6.195.184</b>	<b>127.608</b>	<b>-2.030.231</b>	<b>131.481.931</b>

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

**DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Euros)

	2011	2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	299.822.435	412.682.113
Pagamentos a Fornecedores	-259.300.562	-355.098.030
Pagamentos ao Pessoal	-13.337.732	-13.310.482
<b>Fluxo gerado pelas Operações</b>	<b>27.184.142</b>	<b>44.273.601</b>
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-1.838.484	-1.659.352
Outros Recebimentos/Pagamentos	-25.228.110	-35.840.314
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>117.548</b>	<b>6.773.935</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	7.735.000	
Ativos Fixos Tangíveis	4.362.614	4.261.546
Subsídios ao Investimento		392.773
Juros e Rendimentos Similares	628	711
Dividendos	339.480	541.775
	12.437.722	5.196.805
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		-2.303.199
Ativos Fixos Tangíveis	-754.138	-1.338.597
Ativos Fixos Intangíveis		-11.463
	-754.138	-3.653.259
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>11.683.583</b>	<b>1.543.547</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	34.134	710.596
	34.134	710.596
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos		
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.292.970	-1.430.195
Juros e Gastos Similares	-2.260.862	-2.346.829
Dividendos	-6.680.316	-5.239.157
	-10.234.147	-9.016.181
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>-10.200.013</b>	<b>-8.305.585</b>

**CAIXA E EQUIVALENTES**

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	1.996.607	1.984.710
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	3.597.726	1.996.607
<b>Variação de Caixa e Seus Equivalentes</b>	<b>1.601.118</b>	<b>11.897</b>

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

1-a) Discriminação dos recebimentos provenientes de Imobilizações Financeiras

RUBRICAS	2011	2010
Empréstimo a Empresas do Grupo	7.735.000	-2.303.199
Pagamentos respeitantes a Imobilizações Financeiras		-2.303.199
Recebimentos respeitantes a Imobilizações Financeiras	7.735.000	

2- Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2011	2010
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.495.533	1.894.907
Equivalentes a Caixa	943	450
Caixa e Seus Equivalentes	3.597.726	1.996.607
<b>DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO</b>	<b>3.597.726</b>	<b>1.996.607</b>

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respectiva assistência pós-venda.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de Dezembro de 2011:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. (“Caetano Retail SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. (“Caetano Colisão”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”) <sup>(1)</sup>	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

<sup>(1)</sup> Empresa que não teve qualquer atividade no período.

Refira-se a saída da Empresa Salvador Caetano UK do perímetro acima exposto, na sequência da respetiva dissolução.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correcta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adoptadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor desde 1 de Janeiro de 2010. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correcta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

### 2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) adotado a partir do início do exercício de 2010. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derogadas pela empresa.

Para efeitos de comparabilidade de informação, chamamos a atenção para o facto de, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o parágrafo 51 da NCRF 7, a empresa ter efetuado uma revisão da vida útil dos principais ativos fixos tangíveis, com base num estudo com parecer técnico. Em consequência, as amortizações e depreciações do período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram inferiores em cerca de 651 milhares de Euros.

### 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### **a) Ativo intangível**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem exclusivamente Programas de Software Informático que se encontram totalmente amortizados (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

#### **b) Ativo fixo tangível e Propriedades de investimento**

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de amortizações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro  
Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho  
Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro  
Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio  
Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril  
Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro  
Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro  
Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), pelo que 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não amortizados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

#### **c) Locação financeira**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

#### **d) Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas**

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas encontram-se registados ao Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução directa ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### **e) Instrumentos Financeiros**

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

#### Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, SGPS, S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34)

#### Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura – Nota 23.

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### **f) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

### **g) Subsídios e apoios do governo**

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados como Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

### **h) Benefícios dos Empregados**

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

### **i) Impostos sobre o rendimento**

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

#### **j) Especialização de exercícios**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

#### **l) Indemnizações ao pessoal**

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 2.308.000 Euros (aproximadamente 1.406.000 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

#### **m) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### **n) Ativos e Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

### **o) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### **p) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos resultados do exercício.

### **q) Rédito**

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### **r) Informação por segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à empresa.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 27.

### **s) Juízos de Valor, Julgamentos e estimativas e Pressuposto relativos ao futuro**

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao goodwill;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### **t) Eventos subsequentes e Principais fontes de incerteza das estimativas**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Rubricas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.495.533	1.894.907
Equivalentes a Caixa	943	450
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>3.597.726</b>	<b>1.996.607</b>

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2011	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
Aumentos			320.333	6.442.313	67.323	41.529	68.796	6.940.295
Alienações			-223.490	-5.947.046	-20.312	-1.255		-6.192.103
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011	3.365.354	31.297.738	49.295.390	34.487.633	5.976.839	2.849.312	972.269	128.244.535
<b>Depreciações</b>								
Saldo inicial 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
Aumentos		687.291	1.481.683	5.953.836	87.495	88.142		8.298.447
Alienações			-191.270	-2.969.956	-20.243	-157		-3.181.626
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011		27.385.196	45.260.060	19.089.673	5.795.708	2.667.885		100.198.523
<b>Valor Líquido</b>	3.365.354	3.912.542	4.035.329	15.397.959	181.132	181.426	972.269	28.046.012

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

2010	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial 31/12/2009	6.512.319	29.455.359	48.873.545	32.198.282	5.847.361	2.771.712	903.473	126.562.051
Aumentos			368.642	8.477.344	82.467	37.326		8.965.779
Alienações			-41.141	-6.685.760				-6.726.901
Transferencias e abates	-3.146.965	1.842.379	-2.500	2.500				-1.304.586
Saldo final 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
<b>Depreciações</b>								
Saldo inicial 31/12/2009		23.568.903	42.427.369	13.297.440	5.616.114	2.494.620		87.404.446
Aumentos		1.158.403	1.583.790	6.082.013	112.342	85.280		9.021.828
Alienações			-41.012	-3.274.160				-3.315.172
Transferencias e abates		1.970.599	-500	500				1.970.599
Saldo final 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
<b>Valor Líquido</b>	3.365.354	4.599.833	5.228.899	17.886.573	201.372	229.138	903.473	32.414.642

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.671.710 Euros.

#### 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” e ascenderam a 3.015.801 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 (a 2.980.157 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2011	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Total
<b>Activo Bruto</b>			
Saldo inicial 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Aumentos			
Alienações			
Transferencias e abates			
Saldo final 31/12/2011	8.869.130	31.021.653	39.890.783
<b>Depreciações</b>			
Saldo inicial 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
Aumentos		439.093	439.093
Alienações			
Transferencias e abates			
Saldo final 31/12/2011		25.859.493	25.859.493
<b>Valor Líquido</b>	8.869.130	5.162.160	14.031.290



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

2010	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Total
<b>Activo Bruto</b>			
Saldo inicial 31/12/2009	5.722.165	32.457.181	38.179.346
Aumentos		406.850	406.850
Alienações			
Transferencias e abates	3.146.965	-1.842.378	1.304.587
Saldo final 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
<b>Depreciações</b>			
Saldo inicial 31/12/2009		26.591.528	26.591.528
Aumentos		799.471	799.471
Alienações			
Transferencias e abates		-1.970.599	-1.970.599
Saldo final 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
<b>Valor Líquido</b>	8.869.130	5.601.253	14.470.383

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.548.390 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de Dezembro de 2011, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 63,3 milhões de Euros.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	Local	Dez-11		Dez-10	
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação a 31/12/2011	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação a 31/12/2010
Instalações Fabris	V.N. Gaia	965.663	9.121.000	1.107.830	10.750.000
Instalações Fabris	Carregado	6.285.496	21.026.000	6.382.543	24.100.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.456.718	6.111.000	1.559.960	4.800.000
Instalações Comerciais	Lisboa	1.317.537	1.306.000	1.346.926	1.310.000
Instalações Comerciais	Vários locais	4.005.876	25.687.000	4.073.124	19.270.000
		14.031.290	63.251.000	14.470.383	60.230.000

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2011 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) com referência a 2011.

#### 7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo, cuja actividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efectuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que reflectem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de Dezembro de 2011, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

	<u>Movicargo - Divisão de Equipamentos Industriai</u>
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projecções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) <sup>(1)</sup>	0%
Taxa de desconto utilizada <sup>(2)</sup>	10,24%

<sup>1</sup> Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

<sup>2</sup> Taxa de desconto aplicada aos cash flows projectados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o goodwill (2,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (14,4 milhões de Euros).

As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

2011	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Programas de Computador	Total
<b>Activo Bruto</b>			
Saldo final 31/12/2010	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferencias e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
<b>Amortizações</b>			
Saldo final 31/12/2010	0	979.822	979.822
Aumentos		12.300	12.300
Alienações			0
Transferencias e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

2010	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Programas de Computador	Total
<b>Activo Bruto</b>			
Saldo inicial 31/12/2009	2.978.595	983.622	3.962.217
Aumentos		8.500	8.500
Alienações			0
Transferencias e abates	-2.978.595		-2.978.595
Saldo final 31/12/2010	0	992.122	992.122
<b>Amortizações</b>			
Saldo inicial 31/12/2009	2.836.288	958.114	3.794.402
Aumentos		21.708	21.708
Alienações			0
Transferencias e abates	-2.836.288		-2.836.288
Saldo final 31/12/2010	0	979.822	979.822
<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>	<b>12.300</b>	<b>12.300</b>

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e a 31 de Dezembro de 2010, as participações financeiras são como se segue:

	SCUK	Movicargo	Caetano Auto	CVM	Saltano	MEP	
						Adjustments	Total
<b>31 Dezembro 2009</b>	<b>3.523.187</b>	<b>397.581</b>	<b>20.094.319</b>	<b>4.563.436</b>	<b>23.509.189</b>	<b>-1.011.486</b>	<b>51.076.226</b>
Aquisições							0
Ganhos / Perdas	22.679	-1.344	492.688	207.614	1.299.689	988.803	3.010.129
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações							0
Outros (Margens Passivo)						-527.789	-527.789
Dividendos Recebidos			-541.775				-541.775
<b>31 Dezembro 2010</b>	<b>3.545.866</b>	<b>396.237</b>	<b>20.045.232</b>	<b>4.771.050</b>	<b>24.808.878</b>	<b>-550.472</b>	<b>53.016.791</b>
Aquisições							0
Ganhos / Perdas		7.622	-761.734	425.942	-1.545.801	-184.511	-2.058.482
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações/Liquidações	-3.545.866						-3.545.866
Outros						-213.422	-213.422
Dividendos Recebidos			-176.980	-162.500			-339.480
<b>31 Dezembro 2011</b>	<b>0</b>	<b>403.859</b>	<b>19.106.518</b>	<b>5.034.492</b>	<b>23.263.077</b>	<b>-948.405</b>	<b>46.859.541</b>

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	Movicargo		Caetano Auto		CVM		Saltano	
	31/Dez/10	31/Dez/11	31/Dez/10	31/Dez/11	31/Dez/10	31/Dez/11	31/Dez/10	31/Dez/11
Capital Próprio	404.091	411.723	42.990.284	41.059.284	6.158.069	6.145.268	24.547.666	22.942.126
Resultado Líquido	-1.344	7.632	488.589	-1.548.800	289.868	230.439	621.855	-1.614.269
% Directa	100%	100%	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indirecta	100%	100%	98,39%	98,39%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2010 e 31/12/2011:

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

<b>31-12-2011</b>				
	<b>Movicargo</b>	<b>Caetano Auto</b>	<b>CVM</b>	<b>Saltano</b>
<b>Ativo</b>				
Corrente	75.418	56.134.200	5.287.869	76.250
Não Corrente	340.000	52.881.477	1.610.195	27.294.328
<b>Passivo</b>				
Corrente	3.695	60.152.821	752.797	4.428.452
Não Corrente		7.803.571		
<b>Capital Próprio</b>	<b>411.723</b>	<b>41.059.284</b>	<b>6.145.268</b>	<b>22.942.126</b>
Rendimentos	11.627	163.471.309	12.293.968	15.447
Gastos	-3.995	-165.020.109	-12.063.529	-1.629.716
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7.632</b>	<b>-1.548.800</b>	<b>230.439</b>	<b>-1.614.269</b>

<b>31-12-2010</b>					
	<b>SCUK</b>	<b>Movicargo</b>	<b>Caetano Auto</b>	<b>CVM</b>	<b>Saltano</b>
<b>Ativo</b>	<b>3.571.692</b>	<b>405.326</b>	<b>119.476.580</b>	<b>6.700.761</b>	<b>36.760.446</b>
Corrente	27.612	65.326	64.028.038	5.561.737	7.699.842
Não Corrente	3.544.080	340.000	55.448.542	1.139.024	29.060.605
<b>Passivo</b>	<b>18.794</b>	<b>1.235</b>	<b>76.486.296</b>	<b>542.690</b>	<b>12.212.780</b>
Corrente	18.794	1.235	69.677.103	542.690	79.581
Não Corrente	0	0	6.809.193	0	12.133.199
<b>Capital Próprio</b>	<b>3.552.898</b>	<b>404.091</b>	<b>42.990.284</b>	<b>6.158.071</b>	<b>24.547.666</b>
Rendimentos	42.129	4.894	243.951.063	11.875.358	867.241
Gastos	-19.410	-6.238	-243.462.474	-11.585.490	-245.386
<b>Resultado Líquido</b>	<b>22.719</b>	<b>-1.344</b>	<b>488.589</b>	<b>289.868</b>	<b>621.855</b>

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	2011	2010
Ativos Não Correntes		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	39.904	39.904
Ativos Correntes		
Suprimentos concedidos a Saltano, SGPS, SA (Nota 14)	4.398.199	12.133.199

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Durante o período de 2011, verificou-se a amortização de parte do suprimento concedido à Saltano.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

#### 11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em Março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de Janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano, Caetano Components e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de Dezembro de 2011, pode ser resumido como se segue:

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

	Saldo em 31 de Dezembro de 2011			
	Imposto diferido activo	Imposto diferido passivo	Reflectido em resultados	Reflectido em Capital próprio
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	717.083			
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas		(79.129)	(10.080)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de immobilizações		(368.226)	(57.777)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(24.447)	(6.112)	
Reserva Cativa		(104.085)		
Ajustamentos de transição				
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais		(142.897)	(47.632)	
Subsidio ao Investimento		(46.009)		(11.679)
Valorização de instrumentos derivados	102.914		(56.597)	
Bens não capitalizáveis	78.898		26.299	
Anulação custos diferidos	22.043		7.347	
Bens intangíveis	22.627		(17.728)	
<b>Total</b>	<b>943.565</b>	<b>(764.793)</b>	<b>(162.280)</b>	<b>(11.679)</b>

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos sobre o rendimento" foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de Dezembro de 2011	308.336
Impostos diferidos líquidos do período	-162.280
	146.056

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", em 31 de Dezembro de 2011, é como se segue:

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Rubricas	Activo Corrente	Passivo Corrente
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas 2011 (imposto estimado)	-308.336	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas 2011 (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	1.255.757	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (RETGS)	578.347	
Imposto s/ Veículos		2.052.759
Direitos Aduaneiros		170.407
Imposto Sobre o Valor Acrescentado		3.831.895
Outras Contribuições e Impostos		545.684
<b>Total</b>	<b>1.525.768</b>	<b>6.600.744</b>

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2011, não inclui dívidas em situação de mora.

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, pode ser analisada como se segue:

	Dez/11	Dez/10
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-1.884.175</b>	<b>13.085.791</b>
<b>Encargo de Imposto Teórico (Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5 %))</b>	<b>-499.306</b>	<b>3.465.985</b>
MEP	2.058.482	-3.010.129
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos		-1.548.720
Correcções relativas a instrumentos financeiros derivados (artº 49)		-938.483
Mais-valias contabilísticas	-775.722	-844.690
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (artº 51)	-339.480	-541.775
Outros	-240.214	-506.867
<b>Rendimentos não sujeitos a imposto</b>	<b>703.067</b>	<b>-7.390.665</b>
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial (artº 18, nº 8)	339.480	541.775
Depreciações e amortizações (artº 34, nº 1), perdas por imparidade de activos depreciáveis ou amortizáveis, (artº 35, nº 4) e desvalorizações excepcionais (artº 38), não aceites como gastos	365.266	414.617
50% Mais-valias fiscais	269.230	
Pagamento de impostos não dedutíveis e insuficiência da estimativa para impostos	122.846	
Correcções relativas a instrumentos financeiros derivados (artº 49)	213.574	
Outros	97.898	246.117
<b>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>	<b>1.408.294</b>	<b>1.202.509</b>
Variações patrimoniais - Regime transitório	24.314	71.258
Imposto diferido do exercício	-162.280	257.284
Derrama Estadual		124.409
Tributação autónoma	243.251	206.912
<b>Encargo de imposto efetivo</b>	<b>146.056</b>	<b>2.433.612</b>



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 12. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Mercadorias	33.714.564	31.525.802
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	8.985.165	8.041.704
Produtos Acabados e Intermédios	4.429.563	3.817.227
Produtos e trabalhos em curso	5.024.190	6.020.509
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	-1.087.972	-1.087.972
	<b>51.065.508</b>	<b>48.317.270</b>

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de Dezembro de 2011 é como se segue:

Rubricas	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	31.525.802	8.041.704	39.567.506
Compras	148.437.353	29.355.758	177.793.111
Existências finais	33.714.564	8.985.165	42.699.728
	<b>146.248.592</b>	<b>28.412.297</b>	<b>174.660.889</b>

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de Dezembro de 2011 é como se segue:

Rubricas	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso	Total
Existências finais	4.429.563	5.024.191	9.453.753
Existências iniciais	3.817.227	6.020.509	9.837.736
	<b>612.336</b>	<b>-996.318</b>	<b>-383.983</b>

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 13. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Cientes	78.130.201	95.513.131
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	7.035.872	7.209.643
	<u>71.094.330</u>	<u>88.303.488</u>

De referir que os valores acima apresentados vencem-se no curto prazo.

#### 14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA, que em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes, c/c", "Fornecedores, c/c", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros " podem ser resumidos como se segue:

	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Contas a Receber	46.121.733	54.973.551
Contas a Pagar	-1.891.014	-1.710.831

##### Accionistas (Nota 11)

##### Empresas do Grupo inseridas no "RETGS"

Saltano,SGPS, S.A.	27.556	76.536
Caetano Components, S.A.	-230.572	-275.102
Caetano Renting, S.A.	-196.615	-385.848
Caetano Auto, S.A.	1.248.346	2.451.296
	<u>848.715</u>	<u>1.866.882</u>

##### Financiamentos Obtidos

Salvador Caetano UK, Ltd	0	-3.196.244
Movicargo, Lda	-340.000	-340.000
	<u>-340.000</u>	<u>-3.536.244</u>

##### Outros Ativos Financeiros (Nota 10)

##### Suprimentos Concedidos

Saltano,SGPS, S.A.	4.398.199	12.133.199
--------------------	-----------	------------

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### Clientes e Fornecedores (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

2011	Dividas Comercias		Produtos		Ativos Fixos Tangiveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
CAETANO COMPONENTS, SA	54.016		215	357.784			4.979	11.563	82.382
CABO VERDE MOTORS, SARL	477.534	25	7.955.486				570		81.456
CAETANO RENTING, SA	2.811.969	8.468	12.154.601	13.384.109	81.527		24.914	362.804	2.788.071
CAETANO AUTO, S.A.	40.145.493	1.730.510	98.567.434	419.208			6.729.612	8.424.318	14.196.460
AUTO PARTNER-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	2.613.109	132.480	6.644.444	3.178			322.714	370.930	723.581
CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.	19.611	7.928					11.754	672	64.499
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, SA		11.603						11.603	
<b>Total</b>	<b>46.121.733</b>	<b>1.891.014</b>	<b>125.322.180</b>	<b>14.164.279</b>	<b>81.527</b>		<b>7.094.544</b>	<b>9.181.890</b>	<b>17.936.448</b>

2010	Dividas Comercias		Produtos		Ativos Fixos Tangiveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
SALVADOR CAETANO (UK) LTD		347.836							77.371
CAETANO COMPONENTS, SA	102.291	72.488	2.157	675.317			108.430	1.521	76.156
CABO VERDE MOTORS, SARL	266.533	207	8.397.043				621		71.278
CAETANO RENTING, SA	5.887.950	63.301	16.019.763	5.806.258	189.623		155.023	36.322	447.769
CAETANO AUTO, S.A.	46.235.310	1.175.500	154.499.790	446.723			7.194.109	10.307.647	5.977.022
AUTO PARTNER-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	2.457.544	32.367	8.242.628	2.217			274.532	447.128	290.500
CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.	23.920	14.245		6.106			19.553	625	51.822
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, SA		3						4.887	2
<b>Total</b>	<b>54.973.551</b>	<b>1.710.831</b>	<b>187.161.381</b>	<b>6.936.621</b>	<b>189.623</b>		<b>7.752.268</b>	<b>10.875.501</b>	<b>6.914.549</b>

#### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Juros a liquidar	43.341	121.619
Campanhas de promoção de vendas	780.005	1.342.925
Encargos com férias e subsídios de férias	1.834.279	2.155.866
Especialização de Gastos afectos a viaturas vendidas	885.537	1.773.970
FSE	383.325	344.937
Garantias	59.709	266.577
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	449.996	710.473
Pessoal	11.396	688.753
Publicidade	223.297	346.435
Royalties	73.890	135.723
Seguros	132.429	189.394
<b>Total</b>	<b>4.877.205</b>	<b>8.076.672</b>

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 16. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe destas rubricas era como se segue:

Gastos a reconhecer	2011	2010
Seguros	178.871	204.984
Juros de Papel Comercial	93.481	146.186
Outros Gastos a Reconhecer	112.287	134.756
<b>Total</b>	<b>384.639</b>	<b>485.926</b>

Rendimentos a reconhecer	2011	2010
Juros debitados a clientes	37.287	80.148
Recuperação sinalética	971.796	980.256
Diferimento margem intra-grupo	2.967.002	3.180.424
Outros Rendimentos a Reconhecer	255.673	53.368
<b>Total</b>	<b>4.231.758</b>	<b>4.294.196</b>

A rubrica de Outros Gastos a Reconhecer refere-se essencialmente a encargos com garantias bancárias.

A rubrica de Outros Rendimentos a Reconhecer refere-se essencialmente a recebimentos antecipados de rendas de máquinas de aluguer.

#### 17. CAPITAL PRÓPRIO

##### Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Durante o período de 2011, a percentagem de participação da Grupo Salvador Caetano SGPS, SA aumentou de 60,00% para 60,82% por via da aquisição de 288.281 acções a acionistas minoritários.

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), SA se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 28 de Abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por Ação (dividendo total de 6.650.000 Euros). Em 23 de Abril de 2010, o dividendo pago foi de 0,15 Euros por Ação (dividendo total de 5.250.000 Euros).

Em relação a 2011 e dado o resultado apurado no exercício o Conselho de Administração não apresenta qualquer proposta no sentido de serem pagos dividendos. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital social da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Outras Reservas

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (74.904.826 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

### Excedentes de Revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação forem alienados.

### Ajustamentos em Ativos Financeiros

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

### Outras Variações no Capital Próprio

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período, incluem:

- Reservas Livres no valor de 74.904.826 Euros;
- Resultados Transitados no valor de 339.480 Euros.

### Proposta de Aplicação de Resultados 2011

Em conformidade com o disposto na alínea b), nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a administração propõe a seguinte aplicação dos resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de 2.030.231,00Euros:

- a) Para a conta de Lucros não atribuídos pelos Lucros e Perdas reconhecidos e não realizados em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: -2.058.481,89 Euros;
- b) Para reforço de Reservas Livres: 28.250,89Euros.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	Subsídios recebidos em períodos anteriores	Subsídio recebido no período	Reconhecido no período	Diferido para períodos futuros
POEI.2 – SIME A candidatura 00/07099	196.670		37.064	159.606
SIME IDT - OPTIMO SEVEN	21.017		7.006	14.011
FEDER	392.773			392.773
Sub-total Incentivo ao investimento	610.460		44.070	566.390
Programa Operacional de Potencial Humano (POPH)		1.258.053	1.258.053	
Sub-total Incentivo à exploração		1.258.053	1.258.053	

#### 19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

Rubricas 31/Dez/2011	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldos finais
Cobrança Duvidosa	7.209.643	50.581	-163.666	-60.686	7.035.872
Depreciação Existências	1.087.972				1.087.972
	8.297.615	50.581	-163.666	-60.686	8.123.844

Rubricas 31/Dez/2010	Saldos iniciais	Aumentos	Transferências	Utilizações e Reversões	Saldos finais
Cobrança Duvidosa	6.956.612	212.672	60.090	-19.731	7.209.643
Depreciação Existências	1.300.000			-212.028	1.087.972
Para outros riscos e encargos	60.090		-60.090		
	8.316.702	212.672	0	-231.759	8.297.615

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2011 no quadro supra, resultam de avaliação interna efectuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Financiamento c/Corrente Caucionada	7.670.000	0
Papel Comercial	38.300.000	45.700.000
Loações Financeiras	975.421	1.292.090
Outros Empréstimos Obtidos	<u>545.356</u>	<u>210.612</u>
<b>Passivo Corrente</b>	<b>47.490.777</b>	<b>47.202.702</b>
Loações Financeiras	1.239.725	2.216.025
Outros Empréstimos Obtidos	<u>1.363.391</u>	<u>1.908.746</u>
<b>Passivo Não Corrente</b>	<b>2.603.116</b>	<b>4.124.771</b>

Os empréstimos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efectiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respectiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Empréstimos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um “spread” que varia entre 175 e 500 pontos percentuais.

A linha de Outros Empréstimos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009, com o seguinte plano de reembolso:

2012	545.356
2013	545.356
2014 e seguintes	<u>818.035</u>
	<u>1.908.747</u>

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Papel Comercial	1.599.417	863.964
Empréstimos Bancários	58.134	44.099
Loações Financeiras	50.778	49.903
Instrumentos Financeiros Derivados	104.787	968.814
Outros	147.811	
	<u>1.960.928</u>	<u>1.926.780</u>

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 21. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 2.215.146 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos Obtidos” (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de Dezembro de 2011:

Contrato	Bem locado	Curto prazo	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			2013	2014	2015	TOTAL		
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	975.421	800.878	434.397	4.451	1.239.725	2.215.146	
	Juros	34.535	17.148	4.385	12	21.545	56.080	

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

#### 22. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

#### 23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2011 respeitam a:

##### Swaps Taxa de Juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros (em 31 de Dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros) e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de Dezembro de 2010.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de Dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.



## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### Forward Cambial

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação da taxa de câmbio GBP:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros, compreendendo um valor nominal 217.617 GBP, pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de Janeiro de 2011.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de Dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

#### 24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2011, 31 de Dezembro de 2010 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Por Fianças Prestadas	12.078.088	12.078.088
Outras Garantias Financeiras	1.151.308	2.013.588
Total	13.229.396	14.091.676

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 8.080.910 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

#### 25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

##### Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995, em 23 de Dezembro de 2002 e em 30 de Março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias *de marches* tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de Dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi por esta Empresa recepcionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, a Toyota Caetano tem vindo a contribuir para o Fundo de Benefício Definido (contribuições registadas nas demonstrações financeiras na rubrica "Gastos com o pessoal"), tendo esta contribuição ascendido a 50 milhares euros em 2011 (994 milhares de Euros 31 de Dezembro de 2010), permitindo que a situação patrimonial do referido Fundo atingisse, em 31 de Dezembro de 2011, aproximadamente, 15,4 milhões de euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes à Toyota Caetano ascende, em 31 de Dezembro de 2011, a aproximadamente, 17,1 milhões de euros. Assim, as responsabilidades do Fundo, em 31 de Dezembro de 2011, não se encontram totalmente cobertas pela situação patrimonial do Fundo, sendo expectativa da administração que esta situação se reverta durante o período de 2012, através da valorização dos ativos que compõem o Fundo.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo "Projected Unit Credit", as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2011 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 Janeiro 2011	17.165.678
	-----
Custo dos serviços correntes	105.873
Custo dos juros	827.808
(Ganhos) e perdas actuariais	185.587
Pagamentos de Pensões	(1.219.043)
	-----
Responsabilidades em 31 Dezembro 2011	17.065.903
	=====

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2011, foi como se segue:

Rúbrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010	16.786.811	2.809.147	19.595.958
Contribuições	49.525	218.987	268.512
Retorno real dos ativos do plano	-187.614	-82.225	-269.839
Pagamentos de Pensões	-1.219.043		-1.219.043
Transferências entre Associados	12.322		12.322
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2011	15.442.001	2.945.909	18.387.910

A 31 de Dezembro de 2011, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2011
Acções	14%	2.161.880
Obrigações	41%	6.331.220
Imobiliário	39%	6.022.380
Liquidez	4%	617.680
Outros Ativos	2%	308.841
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>15.442.001</b>

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afecto pode ser resumido como se segue:

	2011	2010
Valor da responsabilidade	17.065.903	17.165.678
Valor do fundo	15.442.001	16.786.811

A responsabilidade líquida da Toyota Caetano acima evidenciada foi acautelada através da constituição de uma provisão em cerca de 1,4 milhões de euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011		2010		Var (%)	2011		2010		Var (%)	2011		2010		Var (%)
	Mercado Interno		Mercado Externo			Total		Total							
Viaturas Ligeiras	139.215.069	242.353.133	-43%	21.279.384	21.681.428	-2%	160.494.453	264.034.561	-39%						
Veículos Pesados	2.171.369	5.955.715	-64%	391.320	484.784	-19%	2.562.689	6.440.499	-60%						
Máquinas Industriais	7.441.811	8.160.550	-9%	140.649	414.188	-66%	7.582.460	8.574.738	-12%						
Peças e Acessórios	41.101.617	43.158.961	-5%	857.379	802.839	7%	41.958.995	43.961.800	-5%						
Outros	3.885.801	5.406.379	-28%	9.982	7.838	27%	3.895.783	5.414.217	-28%						
	<b>193.815.667</b>	<b>305.034.738</b>	<b>-36%</b>	<b>22.678.713</b>	<b>23.391.077</b>	<b>-3%</b>	<b>216.494.380</b>	<b>328.425.815</b>	<b>-34%</b>						

#### 27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

31/Dez/2011	NACIONAL						EXTERNO					
	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			Outros	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			
	Indústria	Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer	
RÉDITOS												
Vendas e Serviços Prest.	20.242.095	163.338.573	7.712.175	2.524.823	9.492.514		15.186.860	7.341.222	138.649	9.982	2.000	
Prov. Suplem. Alug. Máq.												
RESULTADOS												
Resultados op. s/efeito MEP	-2.523.892	4.796.152	-130.229	1.542.769	788.661		-2.093.690	400.969	-1.430	6.652	542	
Encargos de fin. líq.	170.097	1.707.622	40.006	23.717	458.404		144.860	66.582	804	74	33	
Resultados em associadas	-698.206	-1.755.421	7.622				-38.419	425.942				
Resultados líquidos	-3.392.195	1.273.151	-162.613	1.478.813	360.628		-38.419	-2.238.550	684.296	-2.234	6.396	495
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Activos	68.130.596	112.734.122	6.098.211	367.485	35.747.766		-38.419	425.942				
Passivos	28.111.499	46.634.294	2.487.557	150.090	14.600.331							
Investimentos Fin. (1)												
Dispêndios de cap. fixo (2)	711.121	1.043.132	152.444	16.975	2.006.146							
Depreciações (3)	1.583.329	2.322.559	339.421	37.795	4.466.736							

31/Dez/2010	NACIONAL						EXTERNO					
	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			Outros	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial			
	Indústria	Comércio	Comércio Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer	
RÉDITOS												
Vendas e Serviços Prest.	33.055.390	260.432.174	8.823.641	2.826.598	9.358.522		15.277.006	7.692.045	311.125	7.838	103.064	
Prov. Suplem. Alug. Máq.												
RESULTADOS												
Resultados op. s/efeito MEP	-1.603.513	13.502.017	-88.120	1.457.517	869.379		-1.925.320	543.447	6.213	5.381	-22.283	
Encargos de fin. líq.	-205.426	-1.828.056	-33.319	-17.001	-444.353		-90.939	-47.218	-2.063	-54	-627	
Resultados em associadas	300.861	2.036.236	-1.344				444.085	230.291				
Resultados líquidos	-1.508.078	11.690.851	-122.784	1.187.246	351.506		444.085	-2.016.259	640.683	3.433	4.406	-22.910
OUTRAS INFORMAÇÕES												
Activos	76.646.274	121.639.323	8.215.550	571.967	45.059.669							
Passivos	34.943.347	55.455.861	3.745.503	260.762	20.542.886							
Investimentos Fin. (1)	1.919.435	24.043.563	-215.761			19.009.559		8.259.994				
Dispêndios de cap. fixo (2)	1.076.524	1.594.430	189.494	32.601	2.934.044							
Depreciações (3)	1.818.442	2.693.279	320.089	55.069	4.956.128							

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação Líquida do Activo Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício)

(3) Do Exercício

#### 28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Descrição	31/Dez/2011	31/Dez/2010
<b>Subcontratos</b>	<b>10.289</b>	<b>46.801</b>
Trabalhos Especializados	3.437.663	5.081.822
Publicidade e Propaganda	10.272.272	14.082.266
Vigilância e Segurança	437.179	424.879
Honorários	761.314	714.256
Comissões	191.242	261.757
Conservação e Reparação	789.310	1.211.744
Outros	2.235.677	3.172.538
<b>Serviços Especializados</b>	<b>18.124.656</b>	<b>24.949.261</b>
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	85.599	49.704
Livros e Documentação Técnica	230.182	302.638
Material de Escritório	100.346	124.101
Artigos para Oferta	14.660	51.722
Outros	9.443.290	8.208.765
<b>Materiais</b>	<b>9.874.076</b>	<b>8.736.929</b>
Electricidade	368.229	371.399
Combustíveis	504.488	502.798
Água	43.925	37.364
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>916.643</b>	<b>911.561</b>
Deslocações e Estadas	665.510	780.945
Transporte de Pessoal	100.131	103.825
Transporte de Mercadorias	784.073	1.074.786
<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>1.549.714</b>	<b>1.959.556</b>
Rendas e Alugueres	453.901	590.371
Comunicação	294.679	398.587
Seguros	720.412	746.051
Royalties	429.672	487.075
Contencioso e Notariado	8.724	8.279
Limpeza, Higiene e Conforto	492.470	562.352
<b>Serviços Directos</b>	<b>2.399.858</b>	<b>2.792.715</b>
<b>Total Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>32.875.236</b>	<b>39.396.823</b>

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### 29. GASTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

Descrição	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Remunerações Órgãos Sociais	449.445	574.214
Remunerações ao Pessoal	9.545.692	11.375.200
Benefícios Pós-Emprego	1.696.364	1.178.649
Indemnizações	2.307.817	1.406.454
Encargos sobre Remunerações	2.427.382	3.072.350
Seguros Acidentes de Trabalho	254.698	245.953
Gastos de Acção Social	1.272.057	1.290.569
Outros Gastos com o Pessoal	769.573	706.730
<b>Total Gastos com o Pessoal</b>	<b>18.723.028</b>	<b>19.850.120</b>

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Rubrica	Dez'11	Dez'10
Empregados	418	428
Pessoal afecto à Produção	169	221
	<b>587</b>	<b>649</b>

### 30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Órgãos Sociais	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Conselho de Administração	427.870	419.265
Assembleia Geral	281	758
Conselho Fiscal	12.822	25.165

#### 31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalham-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Impostos	640.852	573.635
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	29.360	31.494
Dividas Incobráveis	22.602	28.695
Perdas em Inventários	67.776	169.375
Perdas em Investimentos não Financeiros	81.218	127.325
Outros Gastos e Perdas	5.521.538	9.186.627
	<b>6.363.347</b>	<b>10.117.151</b>

A rubrica de outros gastos e perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Rendimentos Suplementares	25.683.447	26.433.094
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	11.291	10.489
Recuperação de Dividas Incobráveis	7.464	17
Ganhos em Inventários	141.645	180.183
Ganhos em Investimentos não Financeiros	937.074	1.216.217
Outros Rendimentos e Ganhos	212.945	1.759.346
	<b>26.993.864</b>	<b>29.599.346</b>

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui em 31 de Dezembro de 2010 ganhos resultantes de recuperação de impostos, na sequência da impugnação de liquidações adicionais.

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 32. RESULTADOS FINANCEIROS

Juros e gastos similares	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Juros Suportados	1.960.928	1.926.780
Outras Gastos e Perdas Financeiros	1.012.877	876.633
	2.973.805	2.803.413

Juros e rendimentos similares	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Juros Obtidos	361.607	134.356

#### 33. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez/11	Dez/10
Resultado		
Básico	-2.030.231	10.652.179
Diluído	-2.030.231	10.652.179
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	-0,06	0,30

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.

#### 34. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transacções entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:





## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### 35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

##### Liquidações de Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC (exercício de 1995), continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 (Nota 31) restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício anterior cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa (Nota 31).

##### Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em Janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em Setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Em 2011 foi arquivado com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal o processo de Contraordenação movido pela Autoridade de Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

37. VEICULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2011 foi como se segue:

	31.12.2011
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	31.950

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### 39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de Abril de 2012.

### 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2011, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

***Contas Consolidadas***

***Dezembro 2011***

**INDICADORES FINANCEIROS  
CONSOLIDADOS**

	DEZ '11	DEZ '10	DEZ '09
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	293.443.182	426.258.266	399.124.912
CASH-FLOW BRUTO	17.864.964	31.880.061	34.278.941
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-950.976	-1.411.105	251.383
CUSTOS COM O PESSOAL	43.887.670	48.509.077	47.897.001
INVESTIMENTO LIQUIDO	10.294.356	22.717.629	6.653.760
VOLUME DE EMPREGO	1.744	1.898	1.943
RESULTADO LIQUIDO COM INT MINORITARIOS	-2.187.135	11.936.710	10.241.559
RESULTADO LIQUIDO SEM INT MINORITARIOS	-2.218.405	11.740.117	10.379.409
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	50,57%	48,37%	47,26%

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31-12-2011	31-12-2010
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Diferenças de consolidação	9	611.997	611.997
Ativos intangíveis	6	906.488	313.801
Ativos fixos tangíveis	7	89.833.363	98.443.328
Propriedades de investimento	8	17.113.956	16.910.528
Investimentos financeiros disponíveis para venda	10	3.092.979	3.395.705
Ativos por impostos diferidos	15	2.088.849	2.506.497
Clientes	12	1.189.734	1.556.626
Total de ativos não correntes		114.837.366	123.738.482
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	11 e 26	69.020.200	66.797.892
Clientes	12 e 26	50.053.168	68.808.514
Outras dívidas de terceiros	13	6.572.497	7.970.625
Estado e outros entes públicos	22	1.016.070	1.636.769
Outros ativos correntes	14	1.787.306	2.115.892
Caixa e equivalentes a caixa	16	18.006.246	20.102.375
Total de ativos correntes		146.455.487	167.432.067
Total do ativo		261.292.853	291.170.549
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	10	14.396	(271.329)
Outras reservas		86.270.795	81.278.229
Resultado consolidado líquido do exercício		(2.218.405)	11.740.117
	18	131.065.635	139.745.866
Interesses não controlados	19	1.058.180	1.081.820
Total do capital próprio		132.123.815	140.827.686
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	20	-	250.000
Responsabilidades por pensões	25	2.662.859	
Outros empréstimos	20 e 23	1.540.343	1.908.747
Locação financeira	20	5.240.907	6.621.087
Passivos por impostos diferidos	15	1.626.459	1.771.535
Total de passivos não correntes		11.070.568	10.551.369
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	20	62.970.036	59.565.402
Locação financeira	20	1.382.258	1.689.397
Outros empréstimos	20 e 23	628.690	-
Fornecedores	21	31.493.607	37.913.647
Outras dívidas a terceiros	22	2.186.237	3.322.566
Estado e outros entes públicos	22	6.374.333	18.818.974
Outros passivos correntes	24	12.329.927	17.205.024
Provisões	26	345.026	1.101.702
Instrumentos financeiros derivados	27	388.356	174.782
Total de passivos correntes		118.098.470	139.791.494
Total do passivo e capital próprio		261.292.853	291.170.549

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2011.

#### O TÉCNICO DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente

HIROYUKI OCHIAI

DANIELE SCHILLACI

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos operacionais:			
Vendas	33	270.584.649	400.197.180
Prestações de serviços	33	22.858.533	26.061.086
Outros rendimentos operacionais	34	30.530.711	37.007.063
Total de rendimentos operacionais		<u>323.973.893</u>	<u>463.265.329</u>
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	11	(222.155.961)	(328.775.232)
Variação da produção	11	568.674	(1.036.729)
Fornecimentos e serviços externos		(39.753.403)	(47.500.001)
Custos com o pessoal	32	(43.887.670)	(48.509.077)
Amortizações e depreciações	6 e 7	(17.843.943)	(18.003.463)
Amortizações de propriedades de investimento	8	(566.989)	(916.724)
Provisões e perdas por imparidade	26	436.388	(2.658.157)
Outros gastos operacionais	34	(3.602.470)	(2.732.061)
Total de gastos operacionais		<u>(326.805.374)</u>	<u>(450.131.444)</u>
Resultados operacionais		(2.831.481)	13.133.885
Gastos e perdas financeiros	36	(2.861.820)	(2.959.989)
Rendimentos e ganhos financeiros	36	3.812.796	4.371.094
Resultados antes de impostos		(1.880.505)	14.544.990
Impostos sobre o rendimento	29	<u>(306.630)</u>	<u>(2.608.280)</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>(2.187.135)</u>	<u>11.936.710</u>
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		(2.218.405)	11.740.117
a interesses não controlados		31.270	196.593
		<u>(2.187.135)</u>	<u>11.936.710</u>
Resultados por ação:			
de operações continuadas	30	<b>-0,062</b>	<b>0,341</b>
de operações descontinuadas		-	-
Básico		<u><b>-0,062</b></u>	<u><b>0,341</b></u>
de operações continuadas	30	<b>-0,062</b>	<b>0,341</b>
de operações descontinuadas		-	-
Diluído		<u><b>-0,062</b></u>	<u><b>0,341</b></u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES



Toyota Caetano Portugal, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas					Total de reservas	Interesses não controlados	Resultado líquido	Total
		Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas				
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368
Aplicação do resultado consolidado de 2009:										
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.250.000)	(5.250.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	5.129.409	5.129.409	-	(5.129.409)	-
Rendimento integral consolidado do exercício					(1.157.265)	69.327	(1.087.938)	196.593	11.740.117	10.848.772
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.399.454)	-	(2.399.454)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>35.000.000</u>	<u>7.498.903</u>	<u>6.195.184</u>	<u>(1.695.238)</u>	<u>(271.329)</u>	<u>81.278.229</u>	<u>93.005.749</u>	<u>1.081.820</u>	<u>11.740.117</u>	<u>140.827.686</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(271.329)	81.278.229	93.005.749	1.081.820	11.740.117	140.827.686
Aplicação do resultado consolidado de 2010:										
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.650.000)	(6.650.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	5.090.117	5.090.117	-	(5.090.117)	-
Rendimento integral consolidado do exercício					285.725	(97.551)	188.174	31.270	(2.218.405)	(1.998.961)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(54.910)	-	(54.910)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	<u>35.000.000</u>	<u>7.498.903</u>	<u>6.195.184</u>	<u>(1.695.238)</u>	<u>14.396</u>	<u>86.270.795</u>	<u>98.284.040</u>	<u>1.058.180</u>	<u>(2.218.405)</u>	<u>132.123.815</u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes expressos em Euros)

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses minoritários	(2.187.135)	11.936.710
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	285.725	(1.157.265)
Outros	(97.551)	69.327
Rendimento integral consolidado do período	<u>(1.998.961)</u>	<u>10.848.772</u>
Atribuível a:		
Accionistas da empresa mãe	(2.030.231)	10.652.179
Interesses não controlados	31.270	196.593

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO NORONHA MENDES

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Dez-11	Dez-10	
Recebimentos de Clientes	336.333.743	446.426.493	
Pagamentos a Fornecedores	(264.288.768)	(362.561.678)	
Pagamentos ao Pessoal	(38.543.080)	(40.894.340)	
<b>Fluxo gerado pelas Operações</b>	<b>33.501.895</b>	<b>42.970.475</b>	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	(2.655.124)	(1.839.614)	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	(22.917.193)	(15.550.847)	
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<b>7.929.578</b>	<b>25.580.014</b>	

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	29.012	5.589.458		
Activos Fixos Tangiveis	28.793.293	19.767.478		
Activos Intangiveis	635.329	56.133		
Subsídios de Investimento	45.709	476.841		
Juros e Proveitos Similares	30.003	130.487		
Dividendos		29.533.346	268.398	26.288.795
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	(652.373)	(3.604.898)		
Activos Fixos Tangiveis	(29.600.583)	(27.206.926)		
Activos Intangiveis	(637.075)	(30.890.031)	(212.258)	(31.024.082)
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<b>-1.356.685</b>	<b>-4.735.287</b>		

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	3.958.073	730.000		
Subsídios e doações		3.958.073		730.000
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	(543.152)	(14.762.716)		
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(1.687.318)	(3.644.156)		
Juros e Custos Similares	(3.724.287)	(3.040.660)		
Dividendos	(6.672.339)	(12.627.096)	(5.238.825)	(26.686.357)
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>-8.669.023</b>	<b>-25.956.357</b>		

CAIXA E EQUIVALENTES			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	20.102.376	25.214.006	
Varição do Perímetro (Nota 5)			
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	18.006.246	20.102.376	
<b>Varição de Caixa e Seus Equivalentes</b>	<b>(2.096.130)</b>	<b>(5.111.630)</b>	

## O TÉCNICO DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(Euros)

RUBRICAS	31-12-2011	31-12-2010
Numerário	349.572	156.425
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	17.655.731	19.945.500
Equivalentes a Caixa	943	450
Caixa e Seus Equivalentes	18.006.246	20.102.375
<b>DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO</b>	<b>18.006.246</b>	<b>20.102.375</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente

HIROYUKI OCHIAI

DANIELE SCHILLACI

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2011, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como se segue:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A. (“Caetano Retail SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. (“Caetano Colisão”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”)	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

a) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de Janeiro de 2011:

(i) Normas:

- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos acionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transação com acionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adotem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.
- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transações significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afeta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adotadas pela Entidade, quando aplicáveis, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 14** (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos ativos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interação com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo ativo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um ativo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRIC 19** (nova), 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adotar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (ações) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

(i) Normas:

- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Entidade aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A Entidade aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 12** (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 13** (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 27** (revisão 2011) 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 28** (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor)". O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- **IFRS 7** (alteração), 'Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- **IAS 32** (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter atualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 20** (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e suposições efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas minoritários



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Nota 2.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de acionistas minoritários são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 2.2 c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses minoritários no justo valor dos ativos e passivos adquiridos (incluindo os passivos contingentes), ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses minoritários na filial adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da filial adquirida, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação” (Nota 9), e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação registadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

31-12-2011

	Moeda	Câmbio Final 2011	Câmbio Histórico Médio 2011	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2010
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31-12-2010

	Moeda	Câmbio Final 2010	Câmbio Histórico Médio 2010	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2009
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos incorpóreos.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Outros ganhos operacionais" na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), reportadas ao exercício de 2011.

d) Loações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos, exceto diferenças de consolidação

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros ganhos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 10).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos financeiros disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Estes instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

Instrumentos Financeiros Grupo Toyota Caetano Portugal					
Descrição	Nota	Ativos Financeiros		Passivos Financeiros	
		31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos Financeiros Derivados	27			388.356	174.782
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	10	3.092.979	3.395.705		
Clientes	12	51.242.902	70.365.140		
Outras Dívidas de Terceiros	13	6.572.497	7.970.625		
Empréstimos Bancários	20			62.970.036	59.604.790
Outros Empréstimos	20 e 23			2.169.033	2.119.359
Dívidas a Terceiros	22			9.986.201	11.633.050
Fornecedores	21			31.493.607	37.913.647
Caixa e Equivalentes a caixa	16	18.006.246	20.102.375		
<b>Total</b>		<b>78.914.624</b>	<b>101.833.845</b>	<b>107.007.233</b>	<b>111.445.628</b>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de Janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efetua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respetivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25). A este propósito, refira-se que o Grupo não adota o método do “Corridor”, reconhecendo ganhos e perdas atuariais, assim como variações de responsabilidades por serviços passados no resultado do período.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Com exceção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal:

- Consolidado Fiscal Toyota Caetano Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Caetano Components, Saltano e Caetano Auto;
- Consolidado Fiscal Auto Partner: Caetano Retail Norte II SGPS, Auto Partner - Comércio Automóvel, Caetano Colisão Norte.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Cabo Verde Motors), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;

- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 31.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.R.L.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	Dez-11	Dez-10	Dez-11	Dez-10
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.854.306	6.700.716	741.638	542.686
Libra Esterlina (GBP)	338.654	531.753	751	(695)
Coroa Norueguesa (DKK)	-	240.552	-	-
Coroa Sueca (SEK)	37.550	123.345	-	2.468
Yene Japonês (JPY)	-	-	732.429	255.810
Dolar Americano (USD)	-	-	(298)	-

ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2011 e 2010, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos financeiros disponíveis para venda”. Aquela rubrica é composta em 31 de Dezembro de 2011 unicamente por Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado. Durante o período procedeu-se à alienação da totalidade das ações detidas em Dezembro de 2010 de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP). Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Investimentos financeiros disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	Dez-11		Dez-10	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
BCP	10%				40.315
FUNDO CIMOVEL	10%		302.834		292.815
BCP	-10%				-40.315
FUNDO CIMOVEL	-10%		(302.834)		-292.815

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	2011		2010	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	139.700	-	123.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p.	69.000	-	3.548	-
Papel Comercial	1 p.p.	421.000	-	467.000	-
Total		629.700	-	593.548	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	-139.700	-	-123.000	-
Descobertos Bancários	(1 p.p.)	-69.000	-	-3.548	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	-421.000	-	-467.000	-
Total		-629.700	-	-593.548	-

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura ("swap" de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 27).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 53.755.988 Euros e 49.932.258 Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2011 era de, aproximadamente, 9.413.462 Euros (9.900.000 em 31 de Dezembro de 2010), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 encontram-se divulgados na Nota 26.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

w) Justo Valor de Instrumentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.092.979 Euros (3.395.705 Euros em 2010);
- b) nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivados de negociação (swaps e forward): -388.356 Euros (-174.782 Euros em 2010);
- c) nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis) – Não aplicável.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS DE VIDA ÚTIL

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o parágrafo 51 da IAS16, o Grupo efetuou a revisão da vida útil dos principais ativos fixos tangíveis, com base num estudo com parecer técnico.

Em consequência, as amortizações e depreciações do período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram inferiores em cerca de 1,6 milhões de Euros.

2.5. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No corrente período procedeu-se à alteração de procedimento contabilístico relativamente à apresentação dos saldos de locações financeiras, surgindo agora devidamente segregados em Balanço. Desta forma, procedeu-se às seguintes reclassificações:

Rubricas do Balanço	2010 antes das alterações	Reclassificação Contabilística	2010 após alterações
Locação Financeira- Passivo Não Corrente		6.621.087	6.621.087
Outras Dívidas a Terceiros - Passivo Não Corrente	6.621.087	-6.621.087	
Locação Financeira - Passivo Corrente		1.689.397	1.689.397
Outras Dívidas a Terceiros - Passivo Corrente	5.011.963	-1.689.397	3.322.566

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	Dez-11	Dez-10
Toyota Caetano Portugal, SA	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd	0,00%	99,82%
Caetano Components, SA	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, SARL	81,24%	81,24%
Caetano Renting, SA	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, SA	98,39%	98,39%
Caetano Retail (Norte) II SGPS, SA	49,20%	49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, SA	49,20%	49,20%
Caetano Colisão (Norte), SA	49,20%	49,20%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da liquidação da Salvador Caetano UK, Ltd.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2011

	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010	-	-	140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
Adições	-	-	-	-	651.481	594	652.075
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	200.500	(200.000)	500
Saldo final em 31 de Dezembro de 2011	-	-	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010	-	-	47.604	81.485	1.144.086	-	1.273.175
Amortização do exercício	-	-	24.305	-	35.473	-	59.778
Alienações, abates e transferências	-	-	(390)	-	500	-	110
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2011	-	-	71.519	81.485	1.180.059	-	1.333.063
Valor líquido	-	-	69.297	-	836.597	594	906.488

31-12-2010

	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	4.099.769	165.310	1.065.053	-	-	5.343.733
Adições	-	-	-	-	12.258	200.000	212.258
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(13.601)	(4.099.769)	(24.494)	(983.568)	1.152.417	-	(3.969.015)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010	-	-	140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	3.906.697	24.233	1.065.053	-	-	5.009.584
Amortização do exercício	-	-	24.395	-	39.309	-	63.704
Alienações, abates e transferências	(13.601)	(3.906.697)	(1.024)	(983.568)	1.104.777	-	(3.800.113)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010	-	-	47.604	81.485	1.144.086	-	1.273.175
Valor líquido	-	-	93.212	-	20.589	200.000	313.801

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a variação face a 2010, refere-se essencialmente a despesas incorridas com o novo software SPIGA implementado na Caetano Auto.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2011									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
<b>Activo bruto:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847	-	7.719.612	4.197.971	1.441.337	234.626.544
Adições	101.250	991.915	851.503	27.667.008	-	120.511	55.878	1.349.519	31.137.584
Alienações e abates	(56.175)	(1.175.454)	(490.199)	(30.374.156)	-	(131.896)	(95.141)	-	(32.323.021)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(1.627.853)	(224.700)	35	648.902	-	(5.848)	4.601	(115.800)	(1.320.663)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	-	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010	-	54.507.624	50.353.072	20.822.436	-	7.119.409	3.380.675	-	136.183.216
Amortização do exercício	-	2.716.850	2.453.112	12.160.048	-	215.932	238.223	-	17.784.165
Alienações, abates e transferências	-	(1.657.858)	(397.021)	(9.414.382)	-	(121.314)	(89.725)	-	(11.680.300)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2011	-	55.566.616	52.409.163	23.568.102	-	7.214.027	3.529.173	-	142.287.081
Valor líquido	14.632.311	31.206.789	7.464.220	32.732.499	-	488.352	634.136	2.675.056	89.833.363

31-12-2010									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
<b>Activo bruto:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	49.276.657	47.009.517	10.484.698	7.872.652	4.186.655	3.825.199	223.529.998
Adições	488.336	5.355.607	671.466	32.357.474	-	144.361	108.110	203.345	39.328.699
Alienações e abates	-	(665.045)	(1.294.742)	(21.999.022)	-	(253.746)	(95.264)	(3.766)	(24.311.585)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(881.363)	(1.775.422)	10.858.663	990.878	(10.484.698)	(43.655)	(1.530)	(2.583.441)	(3.920.568)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847	-	7.719.612	4.197.971	1.441.337	234.626.544
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	-	53.242.926	38.690.456	17.534.068	10.232.334	7.134.775	3.207.617	-	130.042.176
Amortização do exercício	-	3.944.296	6.883.806	6.585.990	-	278.272	247.395	-	17.939.759
Alienações, abates e transferências	-	(2.029.598)	4.778.810	(3.297.622)	(10.232.334)	(293.638)	(74.337)	-	(11.148.719)
Perdas por imparidade	-	(650.000)	-	-	-	-	-	-	(650.000)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010	-	54.507.624	50.353.072	20.822.436	-	7.119.409	3.380.675	-	136.183.216
Valor líquido	16.215.089	32.674.020	9.158.972	37.536.411	-	600.203	817.296	1.441.337	98.443.328

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo transferiu o montante bruto de 837.149 Euros do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude de se ter alterado a perspetiva de utilização futura do imóvel.

Durante o ano, o Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

Em 2010, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), procedeu-se ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximado de 650.000 Euros que foi reconhecida nos resultados do exercício, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” e ascenderam a 2.751.712 Euros no período findo em 31 de Dezembro de 2011 (2.676.444 Euros em 31 de Dezembro de 2010) (Nota 36).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de Dezembro de 2011, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 48 milhões de Euros.

Em 2010, procedeu-se ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximadamente 1.130.000 Euros, reconhecida nos resultados do referido período, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	Local	Dez-11		Dez-10	
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação
Instalações Fabris	V.N. Gaia	965.663	9.121.000	1.107.830	11.035.000
Instalações Fabris	Carregado	6.285.496	21.026.000	6.382.542	24.100.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.456.718	6.111.000	1.559.960	5.235.000
Instalações Comerciais	Vários locais	3.133.186	5.760.000	3.455.617	6.536.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.955.357	4.633.000	3.057.652	4.675.000
Outros		1.317.537	1.327.000	1.346.926	1.310.000
		<u>17.113.956</u>	<u>47.978.000</u>	<u>16.910.528</u>	<u>52.891.000</u>

O justo valor das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação em 31 de Dezembro de 2011, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada nos exercícios de 2011 e 2010 por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

31-12-2011

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	8.919.187	32.633.940	41.553.127
Transferências	894.706	(57.557)	837.149
Perda por imparidade			-
<b>Saldo final</b>	<b>9.813.893</b>	<b>32.576.383</b>	<b>42.390.276</b>

Amortizações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial		24.642.599	24.642.599
Aumentos		566.989	566.989
Transferências		66.732	66.732
<b>Saldo final</b>		<b>25.276.320</b>	<b>25.276.320</b>

31-12-2010

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	9.107.019	28.223.703	37.330.722
Transferências	942.168	4.410.237	5.352.405
Perda por imparidade	(1.130.000)		(1.130.000)
<b>Saldo final</b>	<b>8.919.187</b>	<b>32.633.940</b>	<b>41.553.127</b>

Amortizações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial		21.253.930	21.253.930
Aumentos		916.724	916.724
Transferências		2.471.945	2.471.945
<b>Saldo final</b>		<b>24.642.599</b>	<b>24.642.599</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

9. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Diferenças de consolidação”.

A rubrica “Diferenças de consolidação” diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efetuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de Dezembro de 2011, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	Movicargo - Divisão de Equipamentos Industriais BT
Diferença de Consolidação	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) (1)	0%
Taxa de desconto utilizada (2)	10,24%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

2 Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo as diferenças de consolidação (2,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (14,4 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos financeiros disponíveis para venda” foi como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Justo valor em 1 de Janeiro	3.395.705	5.367.157
Aquisições durante o Ano		3.604.898
Alienações durante o ano	(588.451)	(5.305.021)
Aumento/(diminuição) no justo valor	285.725	(271.329)
Justo valor em 31 de Dezembro	3.092.979	3.395.705

Durante o período procedeu-se à alienação de ações de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP).

A 31 de Dezembro de 2011, os “Investimentos financeiros disponíveis para venda” incluem o montante de 3.028.343 Euros correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registados ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de Dezembro de 2011 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 14.396 Euros. Os restantes “Investimentos financeiros disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 do registo dos “Investimentos financeiros disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Reconhecimento em resultados pela alienação		(885.936)
Variação no justo valor	285.725	(271.329)
Efeito no capital próprio	285.725	(1.157.265)

11. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	10.714.407	9.398.703
Produtos e Trabalhos em Curso	5.229.612	6.235.204
Produtos Acabados e Intermédios	5.470.765	3.869.884
Mercadorias	50.095.180	49.655.887
	71.509.964	69.159.678
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 26)	(2.489.764)	(2.361.786)
	69.020.200	66.797.892

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi apurado como se segue:

	Dez-11			Dez-10		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	49.655.887	9.398.703	59.054.590	51.975.486	8.454.175	60.429.661
Compras Líquidas	189.404.260	34.506.698	223.910.958	286.191.814	41.208.347	327.400.161
Existências Finais	(50.095.180)	(10.714.407)	(60.809.587)	(49.655.887)	(9.398.703)	(59.054.590)
Total	188.964.967	33.190.994	222.155.961	288.511.413	40.263.819	328.775.232

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi apurada como se segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-11	Dez-10
Existências finais	10.700.377	10.105.088
Regularização de existências	(26.615)	(15.726)
Existências iniciais	(10.105.088)	(11.126.091)
Total	568.674	(1.036.729)

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-11		Dez-10	
	ACTIVOS NÃO CORRENTES	ACTIVOS CORRENTES	ACTIVOS NÃO CORRENTES	ACTIVOS CORRENTES
Clientes, conta corrente	1.189.734	51.782.069	1.556.626	71.282.984
Clientes, letras a receber	-	10.971	-	76.650
Clientes cobrança duvidosa	-	10.816.033	-	10.327.614
	1.189.734	62.609.073	1.556.626	81.687.248
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	-	(12.555.905)	-	(12.878.734)
	1.189.734	50.053.168	1.556.626	68.808.514



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiquidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

		2011				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes		33.043.225	1.740.499	2.253.233	10.819.521	47.856.478
Funcionários		-	-	-	1.334.204	1.334.204
Concessionários Independentes		3.329.496	210.723	72.476	179.397	3.792.092
Frotistas						
	Total	36.372.721	1.951.222	2.325.709	12.333.122	52.982.774

		2010				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes		48.914.659	2.295.975	651.587	9.362.244	61.224.465
Funcionários		87.219	38.616	24.586	1.508.091	1.658.512
Concessionários Independentes		8.811.823	28.835	661	171.780	9.013.099
Frotistas		333.444	35.168	8.792	147.780	525.184
	Total	58.147.145	2.398.594	685.626	11.189.895	72.421.260

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

		2011				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes						
Clientes Cob. Duvidosa					10.816.033	10.816.033
	Total				10.816.033	10.816.033

		2010				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes					495.000	495.000
Clientes Cob. Duvidosa		20.818	1.882		10.304.914	10.327.614
	Total	20.818	1.882		10.799.914	10.822.614

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES	
	Dez-11	Dez-10
Adiantamentos a fornecedores	9.102	32.737
Outros devedores	6.563.395	7.937.888
	<b>6.572.497</b>	<b>7.970.625</b>

A rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui o montante de, aproximadamente, 5,2 Milhões de Euros (5,2 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2010) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de Dezembro de 2011, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Caetano Retail (Norte),SGPS, S.A. (800.000 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Acréscimos de rendimentos		
Reclamações de Garantia	350.852	332.514
Comparticipação em Frotas e Campanhas	458.716	146.177
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	22.200	229.228
Rendas	72.000	
Seguros	38.806	
Bónus de Fornecedores	10.561	217.593
Juros a receber	93.418	
Outros	99.595	382.049
	<b>1.146.148</b>	<b>1.307.561</b>
Gastos diferidos		
Custos oficiais	15.461	83.297
Seguros	244.412	204.984
Juros	93.481	146.186
Rendas	138.701	135.440
Outros	149.103	238.424
	<b>641.158</b>	<b>808.331</b>
Total	<b>1.787.306</b>	<b>2.115.892</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

15. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos como se segue:

	31-12-2011				
	Dez-10	Variações de perímetro	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-11
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>					
-					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.156.801	-	(247.305)	-	909.496
Prejuízos fiscais reportáveis	215.574	(1)	(58.462)	-	157.111
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	1.036.015	-	(159.218)	-	876.797
Anulação de custos diferidos	37.040	-	(9.259)	-	27.781
Valorização de instrumentos derivados	61.067	-	56.597	-	117.664
	<u>2.506.497</u>	<u>(1)</u>	<u>(417.647)</u>	<u>-</u>	<u>2.088.849</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.124.447)	-	33.557	-	(1.090.890)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(426.002)	-	57.777	-	(368.225)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(190.529)	-	47.630	-	(142.899)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(30.557)	-	6.112	-	(24.445)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 9)		-	-	-	
	<u>(1.771.535)</u>		<u>145.076</u>		<u>(1.626.459)</u>
Efeito líquido (Nota 29)			<u>(272.571)</u>		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

31-12-2010

	<u>Dez-09</u>	<u>Variações de perímetro</u>	<u>Impacto em Resultados</u>	<u>Impacto em Capitais Próprios</u>	<u>Dez-10</u>
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>					
-					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.051.730	-	105.071	-	1.156.801
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607	-	81.967	-	215.574
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	305.970	-	870.049	(140.004)	1.036.015
Anulação de custos diferidos	59.998	-	(22.958)	-	37.040
Valorização de instrumentos derivados	246.893	-	-185.826	-	61.067
	<u>1.798.198</u>	<u>-</u>	<u>848.303</u>	<u>(140.004)</u>	<u>2.506.497</u>
<u>Passivos por impostos diferidos :</u>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.058.113)	-	(66.334)	-	(1.124.447)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(484.148)	-	58.146	-	(426.002)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		-	(4.853)	(185.675)	(190.529)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(36.669)	-	6.112	-	(30.557)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 9)		-	-	-	-
	<u>(1.578.930)</u>	<u>-</u>	<u>(6.929)</u>	<u>(185.675)</u>	<u>(1.771.535)</u>
Efeito líquido (Nota 29)			<u>841.374</u>	<u>(325.679)</u>	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos (seis anos para prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores a 2010) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

	Dez-11		Dez-10		
Com limite de data de utilização:	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos ativos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos ativos	Data limite de utilização
<u>Gerados em 2004</u>					
- Caetano Components, S.A.	-	-	-	-	-
<u>Gerados em 2005</u>					
- Caetano Components, S.A.	0	0	233.848	58.463	2011
<u>Gerados em 2005</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	0	0	69.055	0	2011
- Caetano Colisão, SA	0	0	396.421	0	2011
<u>Gerados em 2006</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	2.059	0	2.059	0	2012
- Caetano Colisão, SA	388.146	0	388.146	0	2012
<u>Gerados em 2007</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	63.772	0	63.772	0	2013
- Caetano Colisão, SA	1.100.930	0	1.100.930	0	2013
- Auto Partner CA, SA	81.957	0	219.604	0	2013
<u>Gerados em 2008</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	70.511	0	70.511	0	2014
- Caetano Colisão, SA	117.929	0	117.929	0	2014
- Auto Partner CA, SA	343.145	85.786	343.145	85.786	2014
<u>Gerados em 2009</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	48.248	0	48.248	0	2015
- Caetano Colisão, SA	0	0	0	0	2015
- Auto Partner CA, SA	409.584	71.325	409.584	71.325	2015
<u>Gerados em 2010</u>					
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	11.898				2014
	<u>2.638.179</u>	<u>157.111</u>	<u>3.463.252</u>	<u>215.574</u>	

Numa ótica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem ao registo dos ativos por impostos diferidos associados à totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	Dez-11	Dez-10
Portugal	26,5% - 25%	26,5% - 25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%

Com exceção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto no caso de prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	Dez-11	Dez-10
Numerário	349.572	156.425
Depósitos bancários	17.655.731	19.945.500
Equivalentes a Caixa	943	450
	18.006.246	20.102.375

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de Dezembro de 2011 no montante de, aproximadamente, 103 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

18. CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de Abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por ação (dividendo total de 6.650.000 Euros). Em 23 de Abril de 2010, o dividendo pago foi de 0,15 Euros por ação (dividendo total de 5.250.000 Euros).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos(Nota 10).

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

19. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Saldo inicial em 1 de Janeiro	1.081.820	3.284.681
Varição resultante da aquisição de participação	-	(2.399.454)
Outros	(54.910)	0
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	31.270	196.593
	<b>1.058.180</b>	<b>1.081.820</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

20. EMPRÉSTIMOS BANCARIOS E LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	Dez-11			Dez-10		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	56.070.000	-	56.070.000	59.000.000	250.000	59.250.000
Descobertos Bancários	6.900.036	-	6.900.036	354.790	-	354.790
Outros empréstimos	628.690	1.540.343	2.169.033	210.612	1.908.747	2.119.359
	<u>63.598.726</u>	<u>1.540.343</u>	<u>65.139.069</u>	<u>59.565.402</u>	<u>2.158.747</u>	<u>61.724.149</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

2011				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Subsidio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	<u>1.363.390</u>	<u>1.363.390</u>	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	<u>176.953</u>	<u>176.953</u>	24-04-2009	5 anos
	<u>1.540.343</u>	<u>1.540.343</u>		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	13.970.000	29.400.000		
Descobertos bancários	6.900.036	17.500.000		
Subsidio reembolsável	628.690	628.690	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	7.800.000	11.600.000	21-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	02-05-2011	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	<u>8.000.000</u>	<u>8.000.000</u>	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	<u>3.800.000</u>	<u>4.000.000</u>	25-05-2011	1 ano
	<u>63.598.726</u>	<u>101.128.690</u>		
	<u>65.139.069</u>	<u>102.669.033</u>		

De referir que, dos 628.690 Euros de subsidio reembolsável corrente, 545.356 Euros dizem respeito ao programa SIME A, sendo o remanescente referente à linha de crédito PME Invest III.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

2010				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	1.908.747	1.908.747	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
<u>Caetano Components</u>	250.000	250.000	24-04-2009	5 anos
	2.158.747	2.158.747		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	12.300.000	43.990.000		
Descobertos bancários	354.790	11.500.000		
Subsídio reembolsável	210.612	210.612	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	0	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	11.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal		8.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	1.000.000	1.000.000	29-02-2008	4 anos
	59.565.402	118.400.612		
	<u>61.724.149</u>	<u>120.559.359</u>		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 5,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

Dez-11	2012	2013	2014	2015	Total
Subsídio reembolsável:					
Amortização	545.356	545.356	545.356	272.678	1.908.748
	<u>545.356</u>	<u>545.356</u>	<u>545.356</u>	<u>272.678</u>	<u>1.908.748</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

Contrato	Bem locado	Curto Prazo	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			2013	2014	2015	> 2015		
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	127.591	77.538				77.538	205.129
	Juros	3.656	785				785	4.441
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	88.316	89.874	91.459	93.072	587.281	861.686	950.002
	Juros	16.373	14.815	13.229	11.616	34.185	73.845	90.218
559769	Instalações comerciais							
	Capital	55.650	56.504	57.372	58.253	838.403	1.010.532	1.066.182
	Juros	16.436	15.582	14.714	13.833	85.145	129.273	145.709
626064	Instalações comerciais							
	Capital	135.282	140.093	145.076	137.515	1.628.742	2.051.425	2.186.707
	Juros	71.488	66.690	61.722	56.577	316.875	501.863	573.351
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	975.421	800.878	434.397	4.451		1.239.725	2.215.146
	Juros	34.535	17.148	4.385	12		21.545	56.080
	Total Capital	1.382.258	1.164.887	728.303	293.291	3.054.426	5.240.907	6.623.166
	Total Juros	142.488	115.020	94.050	82.038	436.204	727.312	869.799

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-11	Dez-10	Dez-11	Dez-10
Estado e outros Entes Públicos:				
Retenção de impostos sobre o Rendimento	315.658	349.190	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.478.923	11.641.562	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 29)	34.058	3.449.654	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(1.533.222)	(2.133.025)	-	-
Imposto Automóvel	2.052.759	3.836.667	-	-
Direitos aduaneiros	170.407	727.142	-	-
Contribuições para a Segurança Social	642.098	733.598	-	-
Outros	213.651	214.186	-	-
	6.374.333	18.818.974	-	-
Acionistas	37.486	59.825	-	-
Adiantamentos de Clientes	876.085	636.666	-	-
Outros Credores	1.272.666	2.626.075	-	-
	2.186.237	3.322.566	-	-
	8.560.570	22.141.540	-	-

O valor da rubrica de Estado e Outros Entes públicos refletido no Ativo, respeita a IVA a recuperar.

23. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica "Outros Empréstimos" inclui um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento, com o seguinte plano de reembolso:

2012	628.690
2013 e seguintes	<u>1.540.343</u>
	<u><u>2.169.033</u></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.820.418	6.036.037
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	449.996	710.473
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.441.979	780.628
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	791.536	2.349.319
Reclamações de garantia	59.709	266.577
Juros a liquidar	48.349	122.934
Antecipação de encargos com FSE's	406.822	-
Royalties	73.890	135.723
Trabalhos especializados	36.263	-
Seguros a liquidar	191.852	224.903
Comissões a liquidar	319.861	693.720
Gastos de aprovisionamento	602.481	632.684
Outros	702.265	1.131.879
	<b>9.945.420</b>	<b>13.084.877</b>
Rendimentos diferidos		
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	971.796	890.257
Juros debitados a clientes	37.287	80.148
Rappel	306.960	-
Subsidio ao investimento	674.742	706.936
Diferimento do rédito	-	2.271.797
Outros	393.722	171.009
	<b>2.384.507</b>	<b>4.120.147</b>
Total	<b>12.329.927</b>	<b>17.205.024</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2011, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de Janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respetivamente.

Adicionalmente, durante o período de 2011 foi efetuada no Grupo Toyota Caetano uma dotação para reforço do Fundo de Pensões em apreço, que ascendeu a, aproximadamente, 2,7 milhões de Euros, a qual se encontra registada na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2011 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidade 1/1/2011	<u>29.550.745</u>
Correção ao valor das responsabilidades posterior a 31/12/2010	53.176
Custos dos serviços correntes	220.950
Custos dos juros	1.430.519
(Ganhos) e perdas atuariais	418.675
Pagamentos de pensões	<u>(1.987.121)</u>
Responsabilidade 31/12/2011	<u>29.686.944</u>

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2011, foi como se segue:

Rubrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010	28.812.418	7.920.838	36.733.256
Contribuições	121.885	552.005	673.890
Retorno real dos ativos do plano	(365.034)	(180.998)	(546.032)
Pagamentos de Pensões	(1.987.121)	-	(1.987.121)
Transferências entre Associados	(40.925)	-	(40.925)
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2011	26.541.223	8.291.845	34.833.068

Para fazer face à insuficiência de cobertura da responsabilidade líquida do fundo de pensões, constituiu-se uma provisão no valor de cerca de 2,7 milhares de Euros.

A 31 de Dezembro de 2011, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2011
Ações	14%	3.710.463
Obrigações	41%	10.794.315
Imobiliário	39%	10.340.460
Liquidez	4%	1.117.385
Outros Ativos	2%	578.600
Total	100%	26.541.223

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

A 31 de Dezembro de 2011, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor 31-12-2010
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	39%	10.340.460

De referir que a 31 de Dezembro de 2011, o fundo de Pensões detinha cerca de 312.945 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (sem alterações face a Dezembro de 2010), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 1.247.252 Euros (779.233 Euros em Dezembro de 2010).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

Plano benefício definido	2011	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	29.686.944	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	26.541.223	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

31-12-2011

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995				1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.878.734	131.611	(290.774)	(163.666)	12.555.905
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.361.786	218.645	(90.667)		2.489.764
Provisões	1.101.702	80.885	(486.088)	(351.473)	345.026

31-12-2010

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.471.651	1.780.000		(1.469.656)	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	13.050.481	268.798	(45.184)	(395.361)	12.878.734
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.382.475	274.395	(295.084)		2.361.786
Provisões	828.133	675.232		(401.663)	1.101.702

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros (em 31 de Dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros) e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de Dezembro de 2010.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de Dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. A referida mensuração, enquadra-se no nível 2 de hierarquia de justo valor, previsto no parágrafo 27-A da IFRS7 (inputs de mensuração com base em pressupostos indiretamente observáveis no mercado).

É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

Derivados de taxa de câmbio

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação da taxa de câmbio GBP:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros, compreendendo um valor nominal 217.617 GBP, pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de Janeiro de 2011.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de Dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

A referida mensuração, enquadra-se no nível 2 de hierarquia de justo valor, previsto no parágrafo 27-A da IFRS7 (inputs de mensuração com base em pressupostos indiretamente observáveis no mercado).

28. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-11	Dez-10
Por Créditos Abertos	277.546	47.561
Por Fianças Prestadas	13.255.604	14.091.676
	13.533.150	14.139.237

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 8.080.910 Euros refere-se à caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

29. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Imposto corrente (Nota 22)	34.059	3.449.654
Imposto diferido (Nota 15)	272.571	(841.374)
	306.630	2.608.280

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Resultados antes de impostos	(1.880.505)	14.544.990
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Encargo de imposto teórico	(498.334)	3.854.422
Provisões não aceites como custo fiscal	247.305	(105.071)
Prejuízos fiscais reportáveis	58.462	(81.967)
Anulação de imobilizações	159.218	(870.049)
Anulação de custos diferidos	9.259	22.958
Valorização de instrumentos derivados	(56.597)	185.826
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(33.557)	66.334
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienação de imobilizações	(57.777)	(58.146)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(47.630)	4.853
Mais valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	(6.112)	(6.112)
Tributação autónoma	457.795	401.626
Outros	74.597	(806.395)
Encargo de imposto efetivo	306.630	2.608.280

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-11	Dez-10
<b>Resultado</b>		
Básico	-2.187.135	11.936.710
Diluído	-2.187.135	11.936.710
<b>Número de ações</b>	35.000.000	35.000.000
<b>Resultados por ação (básico e diluído)</b>	-0,062	0,341

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

	2011										ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO					
	NACIONAL							EXTERNO									
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Veículos Automóveis		Equipamento Industrial							
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Outros	Indústria	Comércio			Máquinas	Serviços	Aluguer		
<b>RÉDITO</b>																	
Volume de negócios	25.688.202	314.562.099	19.408.619	7.246.676	7.712.175	2.524.823	10.731.859		15.263.617	19.415.443	138.649	9.982	2.000			-119.533.372	303.170.772
<b>RESULTADOS</b>																	
Resultados operacionais	-3.316.695	1.682.687	-2.573.158	119.637	-134.224	1.542.769	847.468	-116.775	-2.137.572	728.506	-1.430	6.652	542			520.111	-2.831.481
Resultados financeiros	-195.302	2.288.967	-24.941	-304.318	-28.379	-23.717	-567.603	15.447	-144.944	-66.581	-804	-74	-33			3.257	950.976
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-3.357.640	3.491.724	-2.404.265	-50.008	-162.603	1.477.027	309.710	-144.698	-2.282.515	555.574	-2.233	6.395	495			375.903	-2.187.135
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>																	
Ativos	74.316.933	203.909.372	24.786.419	15.459.482	6.482.304	367.485	39.968.241	33.381.730		6.898.064						-144.277.176	261.292.853
Passivos	31.901.032	113.201.995	6.764.829	13.984.118	2.467.549	150.090	18.416.006	10.331.962		752.797						-68.801.341	129.169.038
Investimentos em Associadas (1)																	
Dispersões de capital fixo (2)	924.667	1.659.616	350.716	3.957.016	152.444	16.975	2.191.562			659.642						-85.974	9.826.665
Depreciações (3)	2.007.533	3.896.363	1.264.118	5.154.798	339.421	37.795	4.976.705			188.464						-21.253	17.843.943

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorpóreo) + (Amortizações do Exercício)

(3) Do Exercício

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

	NACIONAL							EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO	
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Veículos Automóveis		Equipamento Industrial					
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer			
	Outros														
<b>RÉDITO</b>															
Volume de negócios	38.106.185	489.328.143	21.899.030	5.872.328	8.823.641	2.801.900	10.873.626	15.332.147	19.468.567	311.125	7.836	103.084	-177.207.742	435.719.872	
<b>RESULTADOS</b>															
Resultados operacionais	-1.147.912	6.862.824	3.738.951	-157.787	-94.251	1.481.034	800.686	2.334.982	-1.925.961	880.148	6.213	5.381	-22.283	371.858	13.133.885
Resultados financeiros	-222.541	2.274.152	-11.317	-95.507	-28.532	-16.864	-486.912	84.549	-91.255	-5.088	-2.063	-54	-627	13.164	1.411.105
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-1.456.908	6.415.419	3.725.593	-170.092	-122.783	1.210.900	276.798	5.268.339	-2.017.216	683.977	3.433	4.406	-22.910	-1.862.244	11.936.710
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>															
Ativos	82.062.458	223.289.765	23.896.567	15.029.133	8.598.177	569.003	51.630.476	42.870.854	10.272.408					-167.048.293	291.170.548
Passivos	37.953.317	130.689.756	6.312.885	13.680.081	3.724.038	259.411	26.521.163	18.431.311	600.480					-87.829.579	150.342.863
Investimentos em Associadas (1)															
Dispendios de capital fixo (2)	199.276	571.359	44.164	13.860.773	53.619	9.225	98.129		90.170					8.011.905	22.938.621
Depreciações (3)	2.093.932	5.023.427	1.600.784	3.652.744	294.090	50.596	5.228.358		195.603					-136.072	18.003.463

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorpóreo) + (Amortizações do Exercício)

(3) Do Exercício

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 9.727.590 Euros (9.461.606 Euros em 2010) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros ganhos Operacionais (nota 34).

A coluna "Eliminações" inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento "Veículos Automóveis".

### 32. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em Dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	Dez-11	Dez-10
Empregados	1.148	1.223
Assalariados	596	675
	1.744	1.898

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foi como se segue:

Mercado	Dez-11		Dez-10	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	262.555.681	89,47%	399.447.852	93,71%
Alemanha	28.846	0,01%	53.574	0,01%
Reino Unido	346.180	0,12%	1.225	0,00%
Espanha	305.690	0,10%	389.421	0,09%
Palop's	14.931.005	5,09%	11.879.499	2,79%
Outros Mercados	15.275.780	5,21%	14.486.695	3,40%
	293.443.182	100,00%	426.258.266	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como se segue:

Actividade	Dez-11		Dez-10	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	209.709.241	71,47%	335.675.555	78,75%
Peças	55.467.551	18,90%	59.060.790	13,86%
Reparações	22.858.533	7,79%	26.061.086	6,11%
Outros	5.407.857	1,84%	5.460.835	1,28%
	293.443.182	100,00%	426.258.266	100,00%

34. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros ganhos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	Dez-11	Dez-10
	Recuperação de garantias (Toyota)	4.064.297
Mais - valias na alienação de imobilizado corpóreo	1.825.515	1.699.229
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	857.832	2.799.435
Aluguer de equipamento	9.727.590	9.461.899
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1.294.100	1.585.165
Recuperação de despesas	2.315.620	1.833.192
Serviços prestados	1.813.494	2.612.430
Subsídios à exploração	1.292.999	1.151.928
Trabalhos para a própria empresa	1.974.727	2.724.091
Mais - valias na alienação de imobilizado financeiro	223	323.981
Outros	5.364.315	6.953.422
<b>Total</b>	<b>30.530.711</b>	<b>37.007.063</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

De referir que a rubrica “Recuperação de despesas” inclui essencialmente rendimentos obtidos com recuperação de despesas relativas a rendas das instalações de Rio de Mouro, redebitadas ao Fundo C imóvel. Por outro lado a rubrica “Outros” respeita essencialmente a redebitos de despesas operacionais a concessionários.

A rubrica de Outros gastos operacionais refere-se essencialmente a gastos com incentivos comerciais e bonificações.

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os compromissos assumidos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como se segue:

Pagamentos mínimos de locação operacional	Dez-11	Dez-10
Não mais de um ano	681.015	1.940.383
Mais de um ano e não mais de cinco	2.122.712	6.336.806
Mais de cinco	1.200.449	2.177.498
	4.004.176	10.454.687

36. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	Dez-11	Dez-10
Juros Suportados	2.648.246	2.854.506
Outros gastos e perdas financeiros	213.575	105.483
Resultados financeiros	950.976	1.411.105
	3.812.797	4.371.094

Rendimentos e Ganhos	Dez-11	Dez-10
Juros Obtidos	1.061.085	581.385
Rendimentos de Imóveis (Nota 8)	2.751.712	2.676.444
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros		1.113.265
	3.812.797	4.371.094

As rubricas de outros rendimentos e ganhos financeiros e outros gastos e perdas financeiros referem-se às variações de justo valor de derivados (Nota 27).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

37. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

Empresa Relacionadas	Dividas comerciais		Produtos		Imobilizado	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
ALBITIN, LDA	1.399	-	-	3.595	-	-	-	-	5.098
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	86	-	-	-	-	-	-	-	100
ATLANTICA	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	-	84.886	-	-	-	-	349.640	-	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	379.919	265.100	3.038.677	525.594	-	36.287	192.894	113.917	157.599
CABO VERDE RENT-A-CAR, LDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO ACTIVE (SUL),LDA	39.830	652	9.101	18.952	-	257	8.240	(91)	52.694
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	-	734	2.427	9.000	-	1.040	-	-	-
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), SA	142.528	134.351	63.322	162.676	237.107	28.375	21.279	2.871	155.969
CAETANO DRIVE.SPORT E URBAN	675.974	968.662	69.343	872.765	1.924.417	(14.224)	109.816	13.097	39.809
CAETANO FORMULA (NORTE), SA	109.016	137.096	(1.837)	204.205	176.769	24.081	54.815	(10.532)	43.775
CAETANO MOTORS	21.858	13.680	945	1.424	-	(21.036)	(98.583)	9.853	34.020
CAETANO PARTS ( NORTE) , LDA	47.302	446.357	172.737	2.930.257	-	204.438	258.854	1.618	749.672
CAETANO POWER, SA	5.972	37.227	4.651	80.650	-	2.476	(137.772)	-	28.052
CAETANO RETAIL (NORTE), SA	1.292	-	-	-	-	-	-	-	1.050
CAETANO RETAIL (SUL) SGPS, S.A.	689	-	-	-	-	-	-	-	560
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, SA	11.970	-	-	-	-	-	-	-	24.953
CAETANO SPAIN, SA	351.986	648	99.863	-	-	-	890	-	-
CAETANO STAR (SUL), SA	96.816	4.325	61.413	261.900	-	7.813	(3.885)	(73)	95.743
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	43.822	263.111	200.850	665.934	87.943	112.300	100.884	996	101.091
CAETANO UK LIMITED	15.424	20.265	-	-	-	-	3.274	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, SA	4.721.917	45.941	4.682.784	84.306	-	350.453	161.517	-	2.446.550
CAETANOLYRSA, S.A	76	1.686	-	-	-	12	5.944	-	787
E3C CAETSU PUBLICIDADE,SA	1.173	1.332.498	8.328	-	-	3.916	4.121.539	-	106.996
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	6.050	-	-	-	-	-	395.136	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	207.248	54.748	138.269	266.889	11.815	47.919	(183.580)	-	21.337
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	-	1.327	-	-	-	-	77.579	-	-
CHOICE CAR , SA	-	-	-	-	-	-	-	1.362	-
CIBERGUIA	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, SA.	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-
CIMÓVEL	5.215.577	-	-	-	-	-	-	-	-
COCIGA-CONSTRUÇOES CIVIS GAIA LDA	5.287	76.940	2.381	-	118.840	4.299	143.194	9.075	6.592
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-	327.244	2.768	-	-	-	243.381	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.	761	-	-	-	8.028	-	34.725	1.255	1.412
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	8.778	-	359	-	-	154	10.068	-	18.393
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS,LDA	41.082	-	-	-	-	-	-	-	24.000
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	97.787	705.062	761.459	881.521	-	90.832	1.135.310	154	24.603
GILLCAR NORTE, SA	-	1.958	-	7.217	313	-	1.861	-	785
GLOBAL S (SGPS), SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GLOBALIA AUTOMOVILES,SLU	-	-	1.343.445	-	-	-	-	-	-
GLOBALWATT,SGPS,S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	30
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	-	9	-	-	-	-	-	83	480
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451	-	-	-	-	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	864.842	115.267	130.374	-	-	1.525.864	234.711	(15.815)	593.064
IBERICAR AUTO NIPON, SA	27.568	11.643	48.172	-	-	-	56.101	-	-
IBERICAR GALICIA AUTO,SL	-	-	-	-	-	-	-	-	1.550
IBERICAR KELDENICH,SL	280	-	-	-	-	-	-	-	280
LAVORAUTO-ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS,SA	-	251.713	-	-	-	-	42.194	-	-
LIDERA SOLUCIONES, S.L.	-	111.516	-	-	-	-	16.000	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	8.707	147.528	506.346	359.962	-	8.032	270.514	2.545	14.806
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	-	3.860	5.498	24.756	-	2.356	313	-	-
MDS-AUTO, SA	47.363	108.618	2.628	127	-	1.126	75.096	(33.258)	205.417
NOVEF SGPS	19.500	-	-	-	-	-	-	-	-
POAL	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	10.330	-	125.284	-	-	432	41.698	-	4.877

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

RARCON-ARQUITECT E CONSULT SA	4.218	-	-	-	-	-	650	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	176.861	1.230.930	3.854	47.421	635	123.920	4.171.806	138.033	177.518
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGP, SA	123.802	-	-	-	-	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	414	-	-	-	-	-	-	-	30
SIMOGA, SA	148	-	-	-	-	-	102.016	-	413
SOL GREEN WATT,SL	59	-	27	-	-	190	-	-	5
SPRAMO-PUBLICIDADE IMAGEM SA	780	-	-	-	-	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAFER,SA	-	-	-	471	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	39.792	9.075	-	-	-	-	293	-	-
TURISPAIVA, LDA	1.115	-	-	-	-	-	-	-	1.405
<b>Total Geral</b>	<b>13.650.675</b>	<b>6.914.658</b>	<b>11.483.469</b>	<b>7.409.621</b>	<b>2.565.867</b>	<b>2.541.311</b>	<b>12.018.413</b>	<b>235.090</b>	<b>5.141.514</b>

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

### 38. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Liquidações de Impostos:

##### Toyota Caetano Portugal, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto para prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC (exercício de 1995), continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como gastos em exercícios anteriores, acrescido dos respetivos juros indemnizatórios. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

##### Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros gastos operacionais" em exercícios anteriores.

#### Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para o Grupo, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Em Janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável ao Grupo, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em Setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Em 2011 foi arquivado com decisão favorável ao Grupo o processo de Contraordenação movido pela Autoridade de Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte da empresa.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

Orgãos Sociais	Dez-11	Dez-10
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	653.755	830.097
Remuneração variável	82.500	169.662

40. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2011 foi como segue:

	Dez-11
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	93.960
	93.960

41. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2011.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

42. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2011 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de Abril de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
DANIELE SCHILLACI  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES